

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Ana Iracema Neves Fagundes Nogueira de Oliveira

**CAPITAL SOCIAL E A CONSTITUIÇÃO DE EMPREENDIMENTOS
DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MUNICÍPIO DE
SÃO JOSÉ DO BARREIRO-SP**

Taubaté – SP
2017

Ana Iracema Neves Fagundes Nogueira de Oliveira

**CAPITAL SOCIAL E A CONSTITUIÇÃO DE EMPREENDIMENTOS
DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MUNICÍPIO DE
SÃO JOSÉ DO BARREIRO-SP**

Dissertação apresentada para obtenção do
título de Mestre em Planejamento e
Desenvolvimento Regional da Universidade
de Taubaté

Área de Concentração: Planejamento e
Desenvolvimento Regional

Orientador: Prof. Dr. Moacir José dos Santos

**Taubaté – SP
2017**

ANA IRACEMA NEVES FAGUNDES NOGUEIRA DE OLIVEIRA

**CAPITAL SOCIAL E A CONSTITUIÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE
ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BARREIRO-SP**

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-graduação em Administração do Departamento de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté.
Área de Concentração: Planejamento e Desenvolvimento Regional

Data: 12/05/2017

Resultado: _____

BANCA EXAMINDADORA

Prof. Dr. Moacir José dos Santos

Universidade de Taubaté

Assinatura: _____

Prof. Dr. Edson Trajano Vieira

Universidade de Taubaté

Assinatura: _____

Profa. Dra. Elvira Aparecida Simões de Araújo

Universidade de Taubaté

Assinatura: _____

Profa. Dra. Cilene Gomes

Universidade do Vale do Paraíba

Assinatura: _____

Dedico a minha Dissertação aos meus pais, Odila e Moacir,
meus mais fieis apoiadores e incentivadores.

Á minha avó Marianna (*in memorian*)
e à minha irmã Glorinha.

AGRADECIMENTOS

Aos meus primeiros mestres –meus pais, Odila e Moacir, e à minha avó Marianna (*in memoriam*).

Também a todos os meus professores, que não apenas me ensinaram, mas também me inspiraram e contribuíram para a formação da pessoa e profissional que sou hoje.

Agradeço em especial ao meu orientador, Prof. Dr. Moacir José dos Santos, pelos ensinamentos, pela atenção, pelo apoio e incentivo.

Aos colegas Prof. Dr. Edson Trajano Vieira, Prof. Me. Wiliam Retamiro e Profa. Ma. Nilde Ferreira Balcão, por me oferecerem confiança, apoio, incentivo e por me apresentarem a economia solidária e os projetos de extensão.

E à minha irmã Glorinha, por sua paciência, seu apoio e carinho.

A alegria não chega apenas no encontro do achado,
mas faz parte do processo da busca.
E ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura,
fora da boniteza e da alegria.

Paulo Freire

RESUMO

São José do Barreiro pertence a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte do estado de São Paulo. O município encontra-se estagnado economicamente e possui uma economia predominantemente agrícola de subsistência. Cerca de 30% de sua população vive na zona rural. São José do Barreiro demonstra potencial para constituição de empreendimentos de economia solidária voltados aos setores da agricultura familiar e de artesanato. No Brasil, a Economia Solidária é considerada uma estratégia de desenvolvimento socioeconômico. Nesse sentido, uma alternativa para alterar favoravelmente as condições do município é a constituição de Empreendimentos Econômicos Solidários por agricultores familiares. Para a constituição de EESs é imprescindível a existência de capital social, que pode ser estimulado por meio das políticas públicas. Dessa forma, é importante conhecer a potencialidade do capital social existente no município para o planejamento de ações que incentivem e viabilizem a constituição de EES. O objetivo deste trabalho é diagnosticar se o capital social existente entre os agricultores familiares, do município de São José do Barreiro, é favorável à constituição de empreendimentos econômicos solidários. Este estudo foi realizado mediante pesquisa exploratória e qualitativa. A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica, documental, e por entrevistas pessoais com os agricultores familiares de São José do Barreiro. Os resultados demonstraram que há pouca cooperação e confiança entre os agricultores familiares; além disso, verificou-se que o nível de empoderamento é baixo. Destarte, conclui-se que o capital social existente entre os agricultores familiares ainda não é favorável à constituição de EESs. Ressalte-se que a formação de EESs de produção e distribuição de alimentos é uma estratégia para o desenvolvimento local. Mas para que esses EESs sejam viáveis é necessário que o poder público municipal estimule o acúmulo de capital social entre os agricultores familiares. O fortalecimento da agricultura familiar com as políticas públicas já existentes é uma alternativa. Entende-se a necessidade de ações efetivas do poder público municipal e até mesmo a criação de políticas públicas municipais específicas à realidade dos agricultores familiares para fomentar o acúmulo de capital social entre os produtores familiares de São José do Barreiro.

Palavras-chave: Capital Social. Economia Solidária. Desenvolvimento.

ABSTRACT

São José do Barreiro is part of Metropolitan Region of the Paraíba Valley And North Coast in the state of São Paulo. The municipality economy is predominantly of subsistence farming, which is stagnant. Around 30% of its population lives in the rural area. São José do Barreiro demonstrates potential for the establishment of Solidary Economy Enterprises (SEEs) aimed at the family agriculture and handicraft sectors. In Brazil, Solidary Economy is considered a strategy of socioeconomic development. In this sense, an alternative to change the conditions of the municipality favorably is the establishment of Solidarity Economic Projects by family farmers. For the constitution of SEEs it is essential to have social capital, which can be stimulated through public policies. Thus, it is important to know the potential of the social capital existing in the municipality for planning the actions that encourage and make feasible the constitution of SEEs. The objective of this work is to diagnose if the social capital existing among family farmers, from the municipality of São José do Barreiro, is favorable to the constitution of solidarity economic enterprises. This study was carried out through exploratory and qualitative research. The data collection was acquired by means of bibliographical and documentary research, and personal interviews with the family farmers of São José do Barreiro. The results showed that there is little cooperation and trust among family farmers, and the level of empowerment has been found to be low. Therefore, it is concluded that the social capital existing among family farmers is still not favorable to the constitution of SEEs. Therefore, it is concluded that the social capital existing among family farmers is still not favorable to the constitution of SEEs. It should be stressed that the formation of food production and distribution SEEs is a strategy for local development. However, for these SEEs to be viable, it is necessary for municipal public power to stimulate the accumulation of social capital among the family farmers. The strengthening of family agriculture with existing public policies is an alternative. It is understood the need for effective actions of the municipal public power and even the creation of municipal public policies specific to the reality of the family farmers to foment the accumulation of social capital among the familiar producers of São José do Barreiro.

Key Words: Social Capital. Solidary Economy. Development.

LISTA DE SIGLAS

- ADL** – Associação de Desenvolvimento Local
- ATER** – Assistência Técnica e Extensão Rural
- EES** – Empreendimento Econômico Solidário
- FBES** - Fórum Brasileiro de Economia Solidária
- FIRJAN** - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
- FNDE** –Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IE** – Instrução Especial
- IFDM** -Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal
- INCRA** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- IPEA** - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- PAA** - Programa de Aquisição de Alimentos
- PESD** – Programa de Economia Solidária e Desenvolvimento
- PNAE** – Programa Nacional de Alimentação Escolar
- PNATER** - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
- PRONAF** – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- QI-MCS** -Questionário Integrado para Medir Capital Social
- RMVPLN** –Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte
- SAN** –Segurança Alimentar e Nutricional
- SENAES** - Secretaria Nacional de Economia Solidária
- SIES** - Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária
- UPA** -Unidades de Produção Agropecuária

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estabelecimentos de Agricultura por Região do Brasil	38
Tabela 2 – Condições do Produtor em Relação às Terras no Brasil	39
Tabela 3 – Evolução Populacional no período de 1991 a 2010	60
Tabela 4 - Estrutura Etária da População - Município - São José do Barreiro - SP	60
Tabela 5 – População total, por gênero e área rural/urbana – Município de São José do Barreiro/SP	60
Tabela 6– Área das UPAs em São José do Barreiro 2007/08	61
Tabela 7 - Valores investidos em aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar para o PNAE pela prefeitura de São José do Barreiro no período de 2011 a 2014	62

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Características do Desenvolvimento	20
Quadro 2 – Dimensões do Capital Social	50
Quadro 3 – Características de capital social dos produtores familiares de São José do Barreiro	66

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição dos EESs pelo Brasil	34
Gráfico 2 – Distribuição do EESs por área pelo Brasil	34
Gráfico 3 – Evolução IFDMe indicadores de São José do Barreiro no período de 2009 a 2013	59

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Objetivos das Políticas Sociais	30
Figura 2 –Cadeia produtiva da agropecuária	43
Figura 3 – Localização do município de São José do Barreiro no estado São Paulo	56
Figura 4 - A RMVPLN e divisão das sub-regiões	57
Figura 5 - Cadeia produtiva da produção familiar de leite em São José do Barreiro	64

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	PROBLEMA.....	16
1.2	OBJETIVOS	17
1.2.1	Objetivo Geral.....	17
1.2.2	Objetivos Específicos	17
1.3	DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	17
1.4	RELEVÂNCIA DO ESTUDO.....	18
1.5	ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO	19
2	REVISÃO DA LITERATURA	20
2.1	DESENVOLVIMENTOMULTIDIMENSIONAL.....	20
2.2	CAPITAL SOCIAL.....	22
2.3	POLÍTICA PÚBLICA E POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL	28
2.4	ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIADDESENVOLVIMENTO.....	31
2.5	AGRICULTURA FAMILIAR	37
3	MÉTODO	46
3.1	DESCRIÇÃO DO TIPO DE PESQUISA	46
3.2	DEFINIÇÃO DA AMOSTRA DA PESQUISA.....	48
3.3	INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	49
3.4	PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS.....	51
3.5	PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DE DADOS.....	52
4	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	56
4.1	O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BARREIRO.....	56
4.2	OS AGRICULTORES FAMILIARES DE SÃO JOSÉ DO BARREIRO.....	61
5	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	64
5.1	CARACTERIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE SÃO JOSÉ DO BARREIRO.....	64
5.2	CARACTERIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE SÃO JOSÉ DO BARREIRO.....	66
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
	REFERÊNCIAS.....	85
	APÊNDICE A–Questionário de identificação do produtor comoAgricultor Familiar... 93	
	APÊNDICE B – Questionário Capital Social.....	95
	ANEXO A – Parecer Consubstanciado do CEP	100

1 INTRODUÇÃO

São José do Barreiro está localizado no estado do São Paulo, um dos estados mais prósperos da federação, responsável por gerar mais de 30% do PIB nacional (SEADE, 2017).

O município também faz parte da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN) do estado de São Paulo – uma região altamente industrializada na qual se sobressaem os setores automobilístico, aeronáutico, aeroespacial e bélico nos municípios localizados no eixo da Rodovia Presidente Dutra (EMPLASA, 2016).

No entanto, o município tem apresentado baixos indicadores sociais nos últimos anos; os indicadores de emprego e renda apresentam o pior desempenho. Em 2010, ocupou a 639ª posição no Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), com o menor IFDM entre os municípios da RMVPLN e um dos menores do estado de São Paulo (FIRJAN, 2014). Atualmente, o município encontra-se estagnado economicamente (CONCEIÇÃO, 2015).

São José do Barreiro possui uma economia predominantemente agrícola de subsistência. No ano de 2010, 30% da população do município vivia na zona rural e possuía um número relevante de Unidades de Produção Agropecuária com características de agricultura familiar (IPEA, 2013; CATI, 2009).

A agricultura familiar promove a geração de emprego e renda no meio rural, a redução do êxodo rural e a produção de alimentos básicos para a população (CASTRO; REZENDE; PIRES, 2014). Dessa forma, considera-se que o fortalecimento da agricultura familiar em São José do Barreiro, por meio da constituição de empreendimentos econômicos solidários (EESs), possa proporcionar a melhora de seus índices socioeconômicos (CONCEIÇÃO, 2015).

No Brasil, nos últimos anos, a economia solidária foi considerada uma estratégia de desenvolvimento socioeconômico incluyente e democrática, que tem o intuito de gerar novos postos de trabalho para a (re)inserção de trabalhadores excluídos, contribuindo para o aumento de renda e da melhoria de vida desses trabalhadores (BRASIL, 2015).

O EES se constitui por meio da associação e cooperação entre os atores sociais; seus princípios básicos são a posse coletiva dos meios de produção, a gestão democrática e a divisão da receita líquida entre os cooperadores (SINGER, 2002).

No caso específico da agricultura familiar, uma das oportunidades de geração de renda é a venda de alimentos orgânicos para a merenda das escolas públicas do município, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A associação e a cooperação entre os agricultores familiares para formar uma cadeia produtiva eficiente de produtos orgânicos possibilitará a produção de alimentos com a qualidade e na quantidade exigidas para o fornecimento ao poder público local (CONCEIÇÃO, 2015).

Todavia, uma das variáveis necessárias para a viabilização dos EESs é o acúmulo do capital social. O capital social abarca um conjunto de normas, de práticas e de relacionamentos que estimulam a solidariedade e a cooperação social entre os membros do grupo e entre esse grupo e outros grupos (BASSO, 2006).

O capital social é uma ferramenta ou recurso para a aquisição de outras formas de capital. Contudo, as condições de efetivação do capital social de uma população mais frágil, como os agricultores familiares, podem ser mais precárias, dificultando o acesso a outros tipos de capitais, como o econômico (BORDIEU, 1980).

Nesse sentido, este estudo tem o objetivo de diagnosticar o capital social existente entre os agricultores familiares do município de São José do Barreiro, para averiguar se é favorável à constituição de EESs.

O capital social pode ser estimulado por meio das políticas públicas. Assim, diagnosticar a potencialidade do capital social existente entre os agricultores familiares possibilitará definir a política pública e/ou ação que será necessária para fomentar o capital social, incentivar a constituição de EESs e viabilizar esses empreendimentos de agricultura familiar, com intuito de promover o desenvolvimento socioeconômico local de São José do Barreiro (CARNIELLO; SANTOS, 2011).

1.1 PROBLEMA

Apesar de a atividade econômica principal do município de São José do Barreiro ser a agricultura de subsistência, a população rural vem diminuindo no município. Em 2000, a população rural no município representava 40% da população total; em 2010, a população rural regrediu para 30% do total da população. Apesar da diminuição da população rural, verifica-se a importância da agricultura familiar para a economia do município.

O fortalecimento da agricultura familiar é necessário, pois boa parte da alimentação básica da população brasileira é produzida por produtores familiares. Além disso, a agricultura familiar também proporciona outros benefícios socioeconômicos, como a geração de emprego e renda no meio rural e a redução do êxodo rural, possibilitando o desenvolvimento local.

A economia solidária é uma alternativa para fortalecer os produtores familiares, no entanto, a falta de articulação entre os produtores torna-se uma barreira para a constituição de empreendimentos de cunho econômico solidário e para o desenvolvimento local.

O estudo do capital social entre os produtores familiares de São José do Barreiro deve contribuir para a geração de elementos que podem alterar a falta de articulação entre os produtores familiares. Nesse sentido, esse trabalho buscou responder a seguinte questão: o capital social existente entre os agricultores familiares, do município de São José do Barreiro, é favorável à constituição de empreendimentos econômicos solidários?

Considera-se como capital social favorável à constituição de EESs o conjunto das capacidades de confiar, de participar de grupos e redes, de se associar e de cooperar entre si, de cumprir normas e regras, de empoderar-se e lutar pelos seus direitos. O acúmulo dessas capacidades entre os atores sociais (produtores familiares) facilita a articulação e possibilita o cumprimento dos princípios básicos da economia solidária, favorecendo assim a constituição e viabilização dos EESs.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo deste trabalho é diagnosticar se o capital social existente entre os agricultores familiares, do município de São José do Barreiro, é favorável à constituição de empreendimentos econômicos solidários.

1.2.2 Objetivos Específicos

- ✓ Identificar as características do capital social existente entre os agricultores familiares de São José do Barreiro;
- ✓ Verificar se o capital social existente entre os agricultores familiares é favorável à constituição dos EESs;
- ✓ Propor ações para o fomento de capital social entre os agricultores familiares do município.

1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

O presente trabalho delimitou-se ao estudo do capital social existente entre os agricultores familiares do município de São José do Barreiro.

Acredita-se que o fortalecimento da agricultura familiar no município pode alterar-lhe positivamente a situação socioeconômica atual. Assim, entende-se que a possibilidade do fortalecimento da agricultura familiar, por meio de constituição de EESs, seja relevante para o desenvolvimento socioeconômico de São José do Barreiro (CONCEIÇÃO, 2015).

Diversas variáveis podem contribuir para o estímulo e fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários – tais como: capital social, políticas públicas e programas, instituições fortes, capacitação técnica, capacidade de inserir a produção no mercado. Esse trabalho delimitou-se a estudar a variável capital social.

O capital social é considerado um dos ativos que pode contribuir para facilitar e manter o acesso a outros ativos (capital cultural, natural, econômico) e atores. No entanto, estes laços de solidariedade e de cooperação apenas se constituem como capital social se realmente forem emancipatórios ou transformadores desses grupos (BASSO, 2006).

1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

O município de São José do Barreiro encontra-se estagnado economicamente, com uma economia predominantemente agrícola de subsistência (IPEA, 2013).

O levantamento censitário de unidades de produção agropecuária do estado de São Paulo, que ocorreu nos anos 2007 e 2008, identificou 251 UPAs – Unidades de Produção Agropecuária – em São José do Barreiro. Do total das UPAs identificadas, 173 UPAs poderiam ser consideradas unidades de produção de agricultura familiar, pois suas áreas são de até 4 módulos fiscais e utilizam mão de obra de seus familiares (CATI, 2009).

O fortalecimento desses agricultores familiares por meio da associação e cooperação para a produção e distribuição de alimentos pode ser uma alternativa para alterar a situação socioeconômica do município. Ao se associarem, os produtores podem melhorar a infraestrutura da feira livre já existente no município, e criar outras feiras para a distribuição de sua produção à população local e das regiões próximas. Unidos podem produzir alimentos na quantidade e qualidade exigida para atender a demanda da merenda escolar, e, assim, vender sua produção ao poder público por meio do PNAE. Dessa forma, a união e a cooperação dos agricultores familiares possibilitará o aumento da renda e a melhora da qualidade de vida, promovendo o desenvolvimento local (CONCEIÇÃO, 2015).

Contudo, para o bom desenvolvimento dos EESs e alcance de seus objetivos, é necessário o acúmulo do capital social entre os agricultores familiares (CARNIELLO; SANTOS, 2011).

Neste sentido, o presente estudo justifica-se porque certamente contribuirá para o conhecimento sobre o capital social existente entre os agricultores familiares do município de São José do Barreiro.

Tal conhecimento poderá contribuir também para elaboração do planejamento, bem como para políticas públicas que fomentem o capital social, incentivem e viabilizem a Constituição de Empreendimentos de Economia Solidária pelos agricultores familiares, visando ao desenvolvimento socioeconômico local.

1.5 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO

Este trabalho está dividido em sete seções: Introdução, Revisão de literatura, Método, Caracterização da área de estudo, Resultados, Discussões e Considerações finais.

A introdução, seção 1, apresenta os temas estudados; aborda o problema de pesquisa, os objetivos, a delimitação do estudo, a relevância do estudo; e, por fim, explicita como está organizado o presente trabalho.

A seção 2 traz a revisão de literatura. Nesta seção, discorre-se sobre os seguintes temas: desenvolvimento multidimensional, política pública e política social no Brasil, economia solidária como estratégia de desenvolvimento e agricultura familiar.

Naseção 3, detalha-se a metodologia de pesquisa utilizada; a seção 4 apresenta a caracterização da área do estudo. Os resultados e discussões estão dispostos naseção 5. Na seção 6, apresentam-se as considerações finais deste trabalho.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 DESENVOLVIMENTOMULTIDIMENSIONAL

O conceito de desenvolvimento econômico, ao longo da história, vem sendo discutido por intelectuais de diversas áreas. Para a maioria destes intelectuais, trata-se da relação direta entre desenvolvimento e produção. Porém, atualmente, não existe uma definição universal de desenvolvimento aceita (SILVA; OLIVEIRA; ARAUJO, 2012).

A prosperidade econômica – aumento da renda, da riqueza – não expressa necessariamente boa qualidade de vida das pessoas, haja vista que alguns países com altos PIBs *per capita* apresentam índices altos de mortalidade prematura, alta taxa de analfabetismo, alta morbidade evitável, entre outros indicadores, identificando uma má qualidade de vida de uma parcela da população (SEN, 1993).

O conceito crescimento econômico representa o aumento da capacidade produtiva – produção de bens e serviços. O crescimento é mensurado por meio do aumento da força do trabalho, da receita nacional poupada e investida e do grau de aprimoramento tecnológico de um país ou área econômica. Nesse sentido, só ocorre o desenvolvimento quando o crescimento econômico está acompanhado da melhoria de qualidade de vida (VIEIRA; SANTOS, 2012).

Algumas características do desenvolvimento estão destacadas, a seguir, no Quadro 1.

Quadro 1: Características do Desenvolvimento

Características do Desenvolvimento	
Estratégia de Reprodução do capital e de controle Social	O desenvolvimento representa uma estratégia de reprodução do capital e de controle social, cuja finalidade consiste em corrigir distorções econômicas, políticas e sociais dos sistemas capitalistas.
Representa uma Transformação	O desenvolvimento representa uma transformação, uma mudança das formas convencionais de pensar e agir diante das relações sociais de produção, distribuição e consumo numa dada sociedade.
De interesse Público	O desenvolvimento é uma questão de interesse público, e não um assunto reservado apenas aos “peritos” em organismos internacionais ou em países tidos como desenvolvidos.
Termo Multidimensional e	O desenvolvimento é um termo multidimensional e interdisciplinar, portanto, não pode ser medido apenas na perspectiva de uma única dimensão – a econômica, representada pelo PIB e todos

Interdisciplinar	os indicadores derivados deste. É preciso outra unidade de medida que expresse a caráter multidimensional e interdisciplinar do termo.
Não Decorre Apenas do Crescimento	O desenvolvimento não decorre apenas do crescimento e do acúmulo de riqueza, como defendem os economistas mais conservadores; é possível que, com a distribuição da riqueza, também tenhamos condições para promover o desenvolvimento.
Requer Gestão Participativa	O desenvolvimento requer uma gestão participativa, em que a sociedade, a comunidade, a família e o indivíduo sejam protagonistas e não espectadores da ação do Mercado ou do Estado.

Fonte: Adaptado de SANTOS et al. (2012)

Ressalta-se que o desenvolvimento é um termo multidimensional e interdisciplinar. O termo está relacionado ao crescimento, mas, também, ao bem-estar e à sustentabilidade, assim como subdesenvolvimento está relacionado a carências, privações e desequilíbrios. Todavia não há ainda uma definição esclarecedora e conclusiva sobre o significado do desenvolvimento, por ser esse um fenômeno complexo (SANTOS et al., 2012).

Para o estudo do desenvolvimento de maneira mais particular, faz-se necessário o estudo do território, de suas características e especificidades locais. O território é elemento importante dentro das estratégias elaboradas pelos atores sociais; nele se institui um espaço onde o trabalhador, as empresas, o Estado e as demais instituições se organizam em conselhos, fóruns, seminários, e discutem alternativas para melhorar a vida da população daquele local (PIENIZ, 2013).

De acordo com Dallabrida, há duas compreensões sobre território:

A primeira e mais tradicional, concebendo o território como espaço sobre o qual o Estado exerce sua soberania. A segunda, mais contemporânea, que concebe o território como recorte do espaço geográfico relacionado ao uso e apropriação, em que se manifesta a expressão de relações de poder, identidades e territorialidades individuais ou grupais. Trata-se de uma concepção integradora e relacional de território (DALLABRIDA, 2016, p. 19).

A partir do estudo das relações estabelecidas entre atores sociais e o território, pode-se compreender a territorialidade existente. Dallabrida (2016, p. 23) acredita que “a noção da territorialidade contribui para a construção do sentimento de pertencimento a um determinado território, do que decorre sua identidade”.

A identidade territorial é formada por traços e características de uma população ligados ao espaço, à cultura, às relações sociais e ao patrimônio

ambiental territorial, tornando-se o elemento diferenciador de um determinado agrupamento populacional (DALLABRIDA, 2016).

A compreensão do sentimento de pertencimento ao território (territorialidade) e de identidade territorial contribui para o planejamento e o incentivo do desenvolvimento local de determinado território.

O desenvolvimento local pode ser entendido como um processo de mudança endógena realizado por uma sociedade organizada territorialmente, sustentado na potencialização dos capitais e recursos materiais e imateriais existentes no território, com intuito de melhorar a qualidade de vida da população local (REVEZ, 2013).

Entretanto, não é tão simples promover o desenvolvimento local, pois durante o processo de mudança a sociedade organizada enfrenta diversas dificuldades e desafios. Revez (2013) indica três das principais dificuldades enfrentadas, sendo elas: a falta de capital financeiro; as dificuldades em obter informação devido à marginalidade territorial; a incapacidade da comunidade de gerar iniciativas e protagonistas (cultura de dependência).

Nesse sentido, muito se tem estudado sobre o capital social e suas contribuições para a promoção do desenvolvimento local. Para melhor compreensão, a seguir apresentará o conceito de capital social à luz de alguns dos principais autores sobre o tema.

2.2 CAPITAL SOCIAL

O termo Capital Social não é novo, entrou em voga na última década do século XX; no entanto, ainda provoca polêmica em torno de suas conceituações. Amplamente estudado por diversas disciplinas e áreas, algumas vezes foi mal compreendido, pois visto como um antídoto mágico para os problemas sociais. Araújo (2010, p.7) defende que o termo capital social, quando bem definido e valorizado, pode tornar-se “importante instrumento conceitual e prático para a consolidação de políticas públicas, para o desenvolvimento sustentado e para a revitalização da sociedade civil e da democracia”.

De acordo com Farr (2004), em 1916 o termo teria sido utilizado por Lyda J. Hanifan, no sentido figurativo, como a conotar boa vontade, amizade, simpatia mútua e relações sociais entre grupos e famílias rurais. Hanifan entendia que o capital social auxiliava aos grupos e famílias rurais a superarem o isolamento rural, a migração urbana, além de favorecer a construção e a expansão de uma organização comercial.

Ainda segundo Farr (2004), John Dewey entendia que a democracia não era senão um modo de viver associado que é experienciado por cidadãos, através da comunicação entre eles, da associação, da educação e do trabalho público. Acreditava, ainda, Dewey, que a sociedade e a humanidade, na verdade, consistem nas relações de pessoas baseadas numa confiança ativa, referindo-se indiretamente ao capital social.

O conceito de capital social, conforme Farr (2004), também foi, no século XIX, usado no contexto da economia política. Alguns economistas o entendiam como uma cooptação de ferramentas, elementos materiais e imateriais – como a boa vontade. Esses economistas estudaram as corporações, as associações e seus verdadeiros objetivos; os movimentos de cooperação eram observados como uma das forças transformadoras da sociedade.

Jacobs (1961) aborda o termo capital social em um contexto em que defende a diversidade a partir dos contatos estabelecidos nas ruas e calçadas das cidades. Para a autora, esses contatos entre diferentes pessoas do mesmo bairro favorecem a formação de uma rede de confiança e segurança – ao ponto de o morador confiar em deixar um recado, uma chave, uma encomenda com seu vizinho. Essa vida pública informal estimula a vida pública formal e associativa, contribuindo para a autogestão democrática. Por fim, a autora considera essas redes estabelecidas como capital social urbano insubstituível e necessário para o bom funcionamento do bairro, e por consequência da cidade.

Bourdieu (1980) acredita que o capital econômico é que determina outros tipos de capital, e entende o capital social como uma ferramenta ou recurso para a aquisição de outras formas de capital. Dessa forma, define o capital social como um conjunto de recursos que potencializam os indivíduos a obterem resultados por meio de conexões sociais baseadas na vida cotidiana.

Coleman (1988) considera o capital social sob uma perspectiva de estrutura social, ressaltando a capacidade de relacionamento do indivíduo, sua rede de contatos sociais baseada na reciprocidade e comportamento confiáveis, que, no conjunto, melhoram a eficiência individual. Entende que o capital social ajuda a manter uma coesão social através da obediência às normas e às leis, porém não é necessariamente transferível para outros contextos.

Fukuyama em vários de seus livros dedicou-se ao tema das relações entre prosperidade econômica, cultura e capital social. Acredita que a confiança é a base para o capital social; por meio dos seus estudos proporcionou importantes contrastes qualitativos entre países que compartilham mais ou menos confiança entre sua população e os efeitos disso sobre a economia. Defende a confiança como base do desenvolvimento e também o livre comércio, entendendo que o ideal para a promoção do desenvolvimento seria a combinação do capital social, capitalismo e liberalismo econômico e político. Todavia, no que tange a seus estudos sobre desenvolvimento econômico, defende a importância da interação entre o governo e sociedade e valoriza o papel da cultura (FUKUYAMA, 1996; ARAÚJO, 2010).

Putnam (2000) inseriu o termo e o conceito capital social no centro do debate da teoria política. O autor concluiu que o desempenho das instituições era melhor nas regiões onde havia sistemas dinâmicos de engajamento cívico, política horizontal e uma cultura pautada na confiança. O autor apontou em seus estudos que nas regiões mais cívicas o patrimônio público é mais bem administrado, enquanto nas regiões menos cívicas a administração está mais sujeita à corrupção política. Apontou ainda que nas regiões cívicas a vida coletiva é facilitada pela expectativa de que os outros seguirão as regras, enquanto nas regiões menos cívicas, normalmente, espera-se que os demais violem as regras. Verificou também que, na Itália, as regiões mais cívicas abrigam algumas das cidades mais modernas do país.

Nesse sentido, Putnam (2000) define o capital social por meio de características da organização social, como confiança, normas, sistemas e cadeias de relações sociais, que favoreçam o aumento da eficiência da coletividade. Argumenta que o capital social, sob a forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica, facilita a cooperação espontânea e questiona os dilemas da ação coletiva e a teoria dos jogos, que partem do pressuposto de que as partes

envolvidas só cooperarão se tiverem algo a ganhar – na falta de um compromisso, como elo de confiança, cada um prefere desertar tornando-se oportunista.

Pipa Noris (2002) retoma a discussão de Putnam em seus estudos; após pesquisar 47 sociedades, verifica que a distribuição do capital social em todo o globo está relacionada a padrões de desenvolvimento socioeconômicos e democráticos. Constatou que as sociedades com maior nível de capital social são todas democracias estabelecidas, com algumas das economias pós-industriais mais ricas do mundo, como as sociedades nórdicas e anglo-americanas. Por exemplo, a Noruega, que ocupa o primeiro lugar, e os Estados Unidos, que ocupam o quarto lugar no *ranking*. Enquanto isso, países da América do Sul e estados europeus centrais estão com nível mais baixo de capital social; é o caso do Brasil, que ocupa o último lugar no *ranking*. A autora conclui que o capital social está associado a muitos indicadores socioeconômicos e de desenvolvimento humano, e que a confiança social está intimamente relacionada ao desenvolvimento socioeconômico (NORIS, 2002).

Para Ostrom e Ahn (2003), o capital social adota muitas formas, entretanto todas as formas abarcam conceitos de confiança, normas de reciprocidade, redes de participação civil, regras e leis. Entendem os autores que, ao estabelecer qualquer atividade em conjunto, quando os participantes cooperam entre si, eles obtêm melhores resultados que individualmente. Os indivíduos trabalhando em conjunto de forma coordenada e comprometida são mais produtivos, independentemente do capital físico e humano que o grupo possui. Porém, o desafio está em aprender a trabalhar em grupo e entender que o resultado muitas vezes vem em longo prazo. Dessa forma, evidencia-se o quanto é necessário que os grupos encontrem meios de criar expectativas e confiança, que se reforcem mutuamente para enfrentar e vencer as tentações do curto prazo.

Basso (2006, p. 202) afirma “que há um conjunto de ativos de capital e de atores sociais que interagem nas esferas do mercado, do Estado e da sociedade civil”. O autor entende que o capital social é um desses ativos que contribui para o acesso a outros ativos e atores. Ao estudar o capital social das famílias rurais, afirma que a cooperação entre os produtores pode lhes facilitar, não só o acesso aos mercados, como também às agências públicas. Entretanto, para Basso (2006), laços

de solidariedade e de cooperação só se transformam em ativos de capital quando realmente produzem ação transformadora e emancipadora de famílias, grupos ou comunidades.

Apesar das discordâncias entre os autores sobre o termo, nas últimas décadas os estudos sobre a formação de capital social têm se estendido da sociologia para outras áreas, como a economia e a ciência política. Apesar de alguns autores entenderem que o conceito de capital social foi banalizado, ao ser considerado, muitas vezes, como a cura de todos os males da sociedade, atualmente, o termo – que recebeu uma roupagem nova para antigas teses sociológicas – é considerado como um fator positivo para a elaboração de projetos e políticas públicas com intuito de contribuir para a redução da pobreza e a promoção do bem-estar social e desenvolvimento socialmente justo (LIMA; TERRA; CARNIELLO, 2013).

Araújo defende o conceito de capital social apresentado pelo Banco Mundial. Entende que “o capital social é a argamassa que mantém as instituições em contato entre si e as vincula ao cidadão visando à produção do bem comum” (ARAÚJO, 2010, p. 10). Defende, ainda, que o capital social é um instrumento útil para auxiliar a sociedade e o governo a solucionarem problemas socialmente relevantes. Ressalta a importância da intervenção do Estado nas áreas sociais e econômicas, e de os governantes assumirem com responsabilidade e transparência seus afazeres no governo para inspirarem confiança aos cidadãos. A relação de confiança e cooperação entre o cidadão e o governo é essencial para uma sociedade democrática forte (ARAÚJO, 2010).

Para Bandeira (2007), é preciso considerar que o capital social influencia o crescimento econômico, mas também é afetado por ele. O crescimento econômico acelerado, proveniente muitas vezes do alto grau de industrialização de um território, pode afetar negativamente a acumulação de capital social em determinada área, modificando padrões culturais e interferindo na composição e na densidade das redes sociais. Para Bandeira:

É preciso também ter em conta que, dependendo da escala geográfica que se esteja tomando em consideração, em alguns casos uma área pode tornar-se dinâmica, em termos econômicos, sem ser necessariamente rica em capital social. Da mesma forma, embora a abundância de capital social seguramente favoreça o crescimento, não é condição suficiente para que ele ocorra, nem garante que uma região esteja imune a problemas

econômicos. Outros fatores também precisam ser levados em consideração, como as características da base econômica da região, o dinamismo de áreas próximas, as economias de aglomeração, a disponibilidade de recursos naturais, a infra-estrutura, a posição na malha de transportes (logística) ou a localização em relação a mercados. Uma região relativamente rica em capital social pode apresentar reduzido dinamismo em um período determinado, ou sua economia pode entrar em declínio, como consequência de problemas relacionados com algum ou alguns desses fatores (BANDEIRA, 2007, p. 120).

O crescimento econômico também pode acontecer em áreas com baixa acumulação de capital social. Isso normalmente acontece devido à intervenção de atores econômicos vindos de outras regiões, como por exemplo o crescimento econômico das zonas próximas aos polos em expansão acelerada. No entanto, no caso das zonas que não estão próximas a esses polos em expansão, ou não foram afetadas por essa proximidade, o papel do capital social é bem diferente, pois a cooperação entre os atores locais demonstra ser essencial para se reverter tendências negativas que afetem a economia da região (BANDEIRA, 2007).

Dallabrida (2006) acredita que o desenvolvimento, além da dimensão tangível (aspectos econômicos), também possui uma dimensão intangível, e que o capital social faz parte dessa última dimensão. Ressalta a importância do capital social para o desenvolvimento, mas reconhece suas limitações, e acrescenta que os estudos devem ser centrados também na importância de outros conceitos correlatos, tais como os de capital sinérgico e densidade institucional. Para o autor, a constatação da acumulação de capital social (ou capital sinérgico, ou densidade institucional) não é tão relevante quanto garantir a construção do empoderamento dos atores e grupos mais excluídos. Propõe, ainda, o aprofundamento nas reflexões de questões como: a ação do Estado tem contribuído para a geração ou aumento de acumulação de capital social numa região ou território? Até que ponto outras áreas do conhecimento têm considerado e valorizado, em seus estudos, a dimensão intangível do desenvolvimento?

Após pesquisa dos diferentes conceitos de capital social, optou-se pelo entendimento de Bourdieu (1980), que relaciona o capital social ao capital econômico e ao capital cultural. Para o autor, há uma hierarquia entre os tipos de capital, necessários à constituição e reprodução das classes sociais. Entende, ainda, que o capital social está subordinado aos efeitos relacionados à forma de como se

acessa o capital econômico e o capital simbólico, o que gera dificuldades para a organização e a ação dos grupos pertencentes às classes sociais mais frágeis. É um paradoxo: o capital social das camadas populares é fundamental para sua organização, porém, suas condições de efetivação podem ser mais precárias, o que dificulta a organização para a superação das condições mais adversas.

Optou-se também pela compreensão de Araújo (2010) de que o capital social não é um instrumento que opera solitariamente, e não substituiu a necessária intervenção do Estado. É importante que Estado, sociedade e governo desempenham suas funções conjuntamente de forma congruente e sinérgica, estimulando a confiança e cooperação entre as pessoas, e entre estas e as instituições. Dessa forma, o capital social é entendido como um importante instrumento para a elaboração de políticas públicas que promovam a revitalização da sociedade civil e da democracia, e o desenvolvimento sustentado (ARAÚJO, 2010).

Para diagnóstico do capital social entre os produtores, optou-se por adaptar o Questionário Integrado para medir capital social (QI-MCS) elaborado e disponibilizado pelo Banco Mundial, pois conceito e dimensões atribuídos ao capital social pelo Banco Mundial vão ao encontro das linhas teóricas escolhidas.

O QI-MCS, baseando-se em trabalhos anteriores do tipo *survey* sobre capital social, organizou as questões em seis dimensões: Grupos e redes; Confiança e Solidariedade; Ação Coletiva e Cooperação; Informação e Comunicação; Coesão e Inclusão Social; e Empoderamento e Ação Política que serão melhor apresentados na seção 3.3 deste trabalho (GROOTAERT et al., 2003).

2.3 POLÍTICA PÚBLICA E POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL

De acordo com Souza (2007), não existe uma única definição para política pública, mas acredita-se que se pode resumir-la como:

O campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em 'ação' e/ou analisar essa razão (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças de rumo ou curso dessas ações (variável independente) (SOUZA, 2007, p.70).

Schiochet (2009) conceitua política pública como a própria iniciativa do governo ou do Estado, organizada em planos, programas e ações, e ainda ressalta que se deve integrar ao conceito a “não-ação”, a negligência do Estado ou governo.

Nos governos democráticos, a constituição das políticas públicas acontece ao traduzir os propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações, que deverão produzir resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2007).

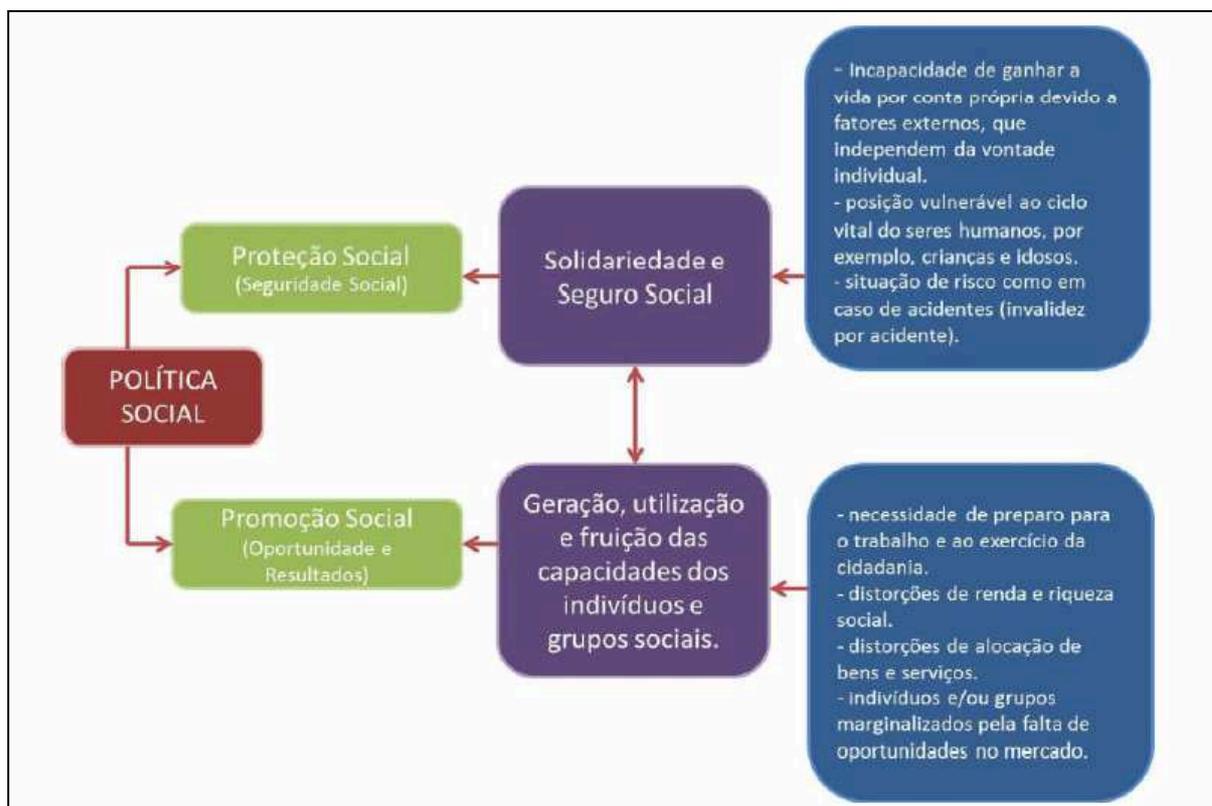
Pereira (2009, p. 171) define política social como “área de atividade e interesses que requer: conhecimento do alvo a atingir, estratégias e meios apropriados para a consecução da política, organização, amparo legal e pessoal capacitado”. O autor complementa que, mesmo que a política social não produza sempre o bem-estar à sociedade, este é o seu principal objetivo.

Verifica-se assim que existem distinções importantes entre os estudos de política pública e política social, como seus objetivos e focos. Os estudos sobre política pública estão concentrados em explicar a natureza da política analisada e seus processos (responder a questões como “por que” e “como”), já os estudos sobre política social estão concentrados nas consequências das políticas (o que a política faz ou fez) (SOUZA, 2007).

No Brasil as políticas sociais a partir do início do Século XXI possuíam características neoliberais (programas focalizados e seletivos). Essas características nos últimos governos (2002 a 2016) já não eram mais tão evidentes, devido às áreas abrangidas pelas políticas sociais (programas voltados para a erradicação da pobreza, Programa Bolsa Família e Programa Brasil Sem Miséria) (DAMASCENA, 2013).

O campo das políticas sociais, após a Constituição Federal de 1988, dividiu-se em dois objetivos: proteção social e promoção social (IPEA, 2010). A Figura 1 a seguir detalha esses objetivos para melhor compreensão:

Figura 1 - Objetivos das Políticas Sociais



Fonte: IPEA (2010)

No primeiro objetivo, proteção social, agrupam-se as políticas sociais vinculadas à seguridade social, destinadas a reduzir e suavizar ao cidadão os riscos e as vulnerabilidades. Esse objetivo engloba os diferentes programas e ações da Previdência Social (aposentadorias, pensões e auxílios), da assistência social, da saúde e do seguro-desemprego (IPEA, 2010).

No segundo objetivo, promoção social, agrupam-se as políticas sociais que pretendem garantir aos cidadãos oportunidades mais amplas e mais equânimes de acesso aos recursos e benefícios conquistados pela sociedade em seu percurso histórico. Esse objetivo engloba políticas sociais relacionadas desde a formação e o desenvolvimento dos cidadãos (voltadas à educação, cultura, qualificação profissional e regulação do mercado de trabalho) até a democratização do acesso a ativos e ao conjunto de bens (voltadas à agricultura familiar – promovendo o acesso a crédito, extensão rural e reforma agrária; à economia solidária; à habitação; e à mobilidade urbana) (IPEA, 2010).

Alguns exemplos dessas políticas sociais com o objetivo de promoção social criadas para fortalecer a agricultura familiar são: PAA, PNAE, PRONAF e PNATER, que serão abordadas na seção 2.5 desse trabalho.

De acordo com Simão e Silva (2014), para a eficácia da implementação de políticas públicas na área rural, é necessário incentivo à criação de organizações coletivas para promover trocas coletivas e a negociação com os fornecedores, credores e as próprias agências governamentais de forma mais eficaz, possibilitando o aumento da produtividade e a melhora na qualidade de vida dos produtores rurais.

Nesse sentido, a economia solidária – política pública de promoção social existente no Brasil desde 2003 – pode ser uma importante estratégia para incentivar a criação de organizações coletivas, conforme será apresentado a seguir.

2.4 ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIAD E DESENVOLVIMENTO

A Economia Solidária, no Brasil, surge no meio urbano devido ao desemprego, na década de 1980. Antes desse período, há indícios apenas de cooperativismo no meio rural (CONCEIÇÃO et al., 2015).

O tema Economia Solidária ganhou visibilidade, no Brasil, com a crise do trabalho no final da década de 1990. Houve algumas mudanças na condução da economia nesse período, como a utilização da política de “estado mínimo” e a reestruturação produtiva que afetou a oferta de emprego industrial, gerando uma imensa massa de desempregados e trazendo o tema trabalho de volta ao centro das discussões de desenvolvimento no Brasil.

Assim, o Estado torna-se responsável por planejar as ações de combate ao desemprego. Porém, a constituição do Sistema Público de Emprego e o Fundo de Amparo ao Trabalhador e outras ações públicas não foram suficientes para conter o avanço do desemprego e da informalidade da economia, sendo necessário o apelo de grupos sociais ao Estado por maior atenção ao cooperativismo, a fim de viabilizá-lo como uma opção de organização econômica. Nesse contexto, a temática da economia solidária é inserida ao debate sobre a atuação do Estado no mundo do

trabalho como estratégia de combate à crise do desemprego (NAGEM; SILVA, 2013).

Desde então, a Economia Solidária vem obtendo algumas conquistas e se deparando com inúmeros desafios para de fato ser uma alternativa ao desemprego e promover o desenvolvimento socioeconômico.

A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), com pasta ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego, em 2003, institucionalizou a economia solidária no Brasil em nível federal. A economia solidária passou a fazer parte das políticas públicas do governo federal; no entanto, no âmbito das políticas públicas desenvolvidas pelo MTE, a SENAES foi marginalizada desde sua fundação com o baixo repasse de recursos, recebendo menos que 1% do orçamento de seu órgão responsável (NAGEM; SILVA, 2013).

Outras conquistas foram a criação de duas entidades: o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e a Rede Nacional de Gestores Públicos de Economia Solidária. O FBES reúne os EESs de todo o país e todas as organizações da sociedade civil que fomentam a economia solidária; a Rede Nacional de Gestores Públicos de Economia Solidária é formada pelos órgãos estaduais e municipais responsáveis pelo apoio e pela promoção da economia solidária (SINGER, 2013).

Os Empreendimentos Econômicos Solidários têm como princípios básicos a posse coletiva dos meios de produção, a gestão democrática do empreendimento por participação direta ou por representação, a divisão da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados após discussões, e a destinação do excedente por critérios acordados entre os cooperados (SINGER, 2002).

No Brasil, os EESs se organizam de modo a garantir a articulação entre três segmentos: empreendimentos solidários, entidades de assessoria e fomento e gestores públicos (MORAIS et al., 2011). Essas organizações estão vinculadas à sociedade organizada pelo FBES; às universidades, por meio das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares; e ao Estado, pela SENAES (MORAIS et al., 2011).

Por meio dos dois Mapeamentos Nacionais de Economia Solidária realizados no Brasil, é possível conhecer as principais características dos EESs brasileiros. As informações obtidas pelos Mapeamentos estão disponibilizadas no Sistema Nacional

de Informações em Economia Solidária (SIES). O SIES pertence a um dos programas da SENAES (GAIGER, 2014).

No período de 2003 a 2007, foi realizado o primeiro mapeamento nacional de economia solidária, gerando informações sobre 22 mil empreendimentos solidários. Entre o período de 2009 a 2013, ocorreu o segundo mapeamento, que gerou informações sobre 20 mil empreendimentos solidários. O 2º Mapeamento de Economia Solidária identificou a existência de 1.423.631 sócios, distribuídos por 19.708 EESs brasileiros. (GAIGER, 2013).

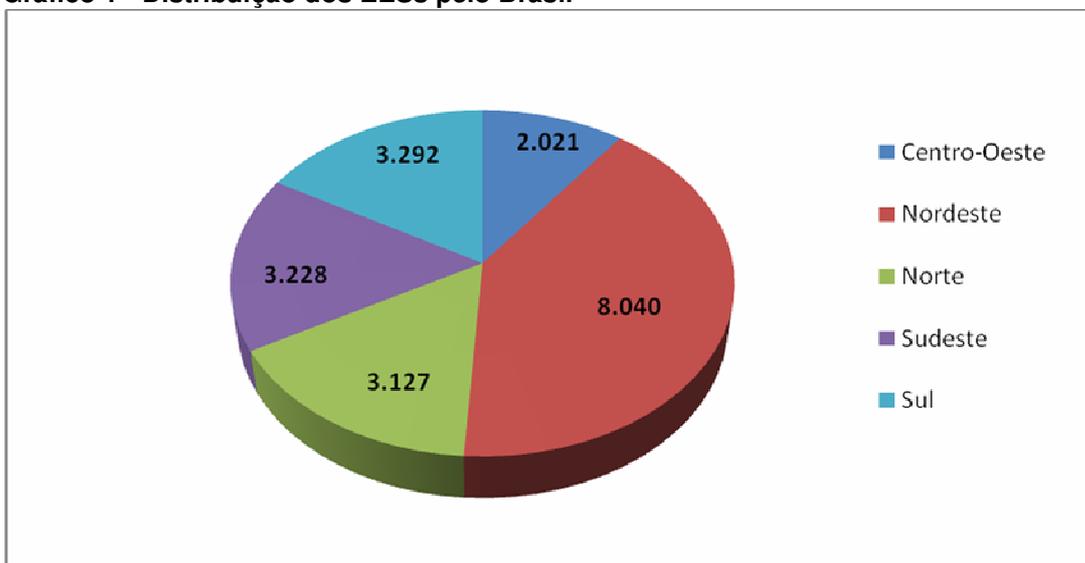
Entre o primeiro e o segundo mapeamento não foi verificada grande alteração no número de EES por região no Brasil. As regiões que apresentaram maior variação em números de EESs foram o nordeste (que diminuiu de 43,5% para 40,8%) e o norte (que aumentou de 12% para 15,9%) (IPEA, 2016).

Verifica-se que a maioria dos EESs brasileiros está concentrada na região nordeste, cerca de 40% do total dos EESs, conforme demonstrado pelo gráfico 1.

O nordeste brasileiro ocupa 18,2% do território nacional, nessa região vivem mais de 22,5 milhões de brasileiros, sendo 14 milhões (62%) na área urbana e 8,5 milhões (38%) na área rural. Essa região possui climas que variam do equatorial úmido ao tropical semiárido, predominando o clima semiárido. Os longos períodos de estiagem, a alta concentração de renda, terra e água, e a falta de investimento para o desenvolvimento local são alguns dos fatores que têm contribuído para a geração de níveis altíssimos de exclusão social e de degradação ambiental no nordeste (PEREIRA; OLIVEIRA; GONÇALVES, 2015).

Dessa forma, justifica-se a concentração de 40% dos EESs no nordeste, pois a economia solidária tem sido utilizada na região como uma estratégia de desenvolvimento socioeconômico sustentável. Constata-se que no nordeste 72,2% dos EESs operam no âmbito rural, 19,3% no urbano e 8,5% em ambas (rural e urbano). No entanto, verifica-se que 74,7% dos sócios dos EESs nordestinos acessam a programa de transferência de renda. Observa-se assim, que a renda obtida por meio dos EESs ainda não é suficiente para suprir as despesas dos sócios. Vê-se assim, a necessidade de maiores estudos sobre esses EESs nordestinos para serem realizadas ações para seu fortalecimento (SILVA, 2015).

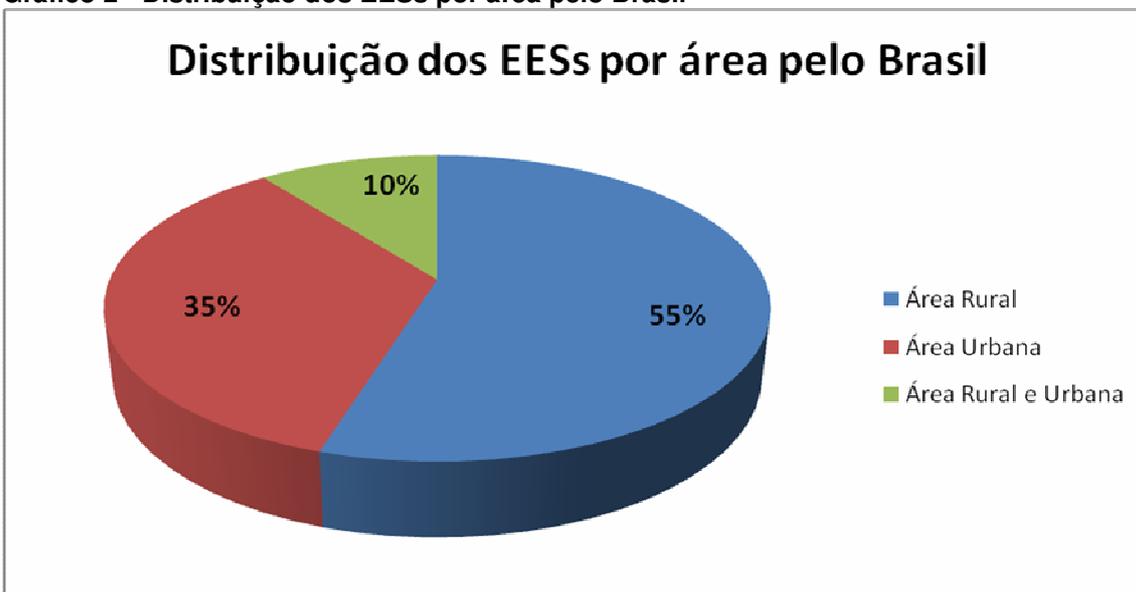
Gráfico 1 - Distribuição dos EESs pelo Brasil



Fonte: Elaborado pela autora, baseada em dados do SIES (2015)

Do total dos sócios dos EESs brasileiros, 56% são homens e 44% mulheres. Os EESs estão distribuídos pela área urbana e rural do Brasil, sendo que 10.794 estão localizadas na zona rural, 6.856 estão na zona urbana e 2.058 estão na zona rural e urbana, conforme apresenta o gráfico 2. Verifica-se que a maioria dos EESs está localizada na zona rural, informação que justifica o fato de 55% dos empreendedores econômicos solidários serem agricultores familiares (SIES, 2013).

Gráfico 2 - Distribuição dos EESs por área pelo Brasil



Fonte: Elaborado pela autora, baseada em dados do SIES (2015)

O conhecimento atual sobre as características e as dimensões das iniciativas econômicas solidárias brasileiras possibilita afirmar que elas constituem uma importante alternativa de inclusão social pela via do trabalho ainda em construção – uma alternativa baseada na realização de atividades econômicas com práticas e valores de cooperação, de autogestão e de solidariedade. Nesse contexto, as duas Conferências Nacionais de Economia Solidária, realizadas em 2006 e 2010, definem a economia solidária como estratégia para um novo modelo de desenvolvimento sustentável, inclusivo e solidário (SILVA, 2011).

Desenvolvimento solidário é aquele que promove crescimento econômico, mas também se preocupa em preservar a natureza e redistribuir os seus frutos com os que se encontravam excluídos da produção social; e acontece por meio de uma nova relação de produção e por um processo sustentável. O desenvolvimento solidário não propõe a abolição dos mercados, mas postula a intervenção do Estado no mercado, por meio de normas e controles, para dar oportunidades a todos (SINGER, 2004).

Mesmo acreditando que a economia solidária pode ser uma estratégia real de desenvolvimento, Nagem e Silva (2013) ressaltam, entretanto, que se passaram os primeiros oito anos da inclusão do Programa de Economia Solidária e Desenvolvimento (PESD) nos Planos Plurianuais de 2004-2007 e 2008-2011, e nas Leis de Diretrizes Orçamentárias de 2003 a 2010, sem que tenha havido uma intervenção efetiva do Estado para consolidar a economia solidária como estratégia de desenvolvimento. Verificou-se que a SENAES não foi estruturada adequadamente nesse período, apresentando dificuldades de execução orçamentária – estas, resultantes de problemas internos estruturais e da própria fragilidade das políticas sociais no Brasil, cujo orçamento definido pela Lei Orçamentária Anual sujeita-se a cortes e contingenciamentos de acordo com as diretrizes fiscais estabelecidas pelo Estado (NAGEM; SILVA, 2013). Os autores sugerem ainda que haja uma adesão clara no núcleo de decisão do Estado para enfrentar alguns desafios importantes, tais como:

- (i) a definição de um ambiente institucional propício para a formalização desses empreendimentos em cooperativas; (ii) o estabelecimento de canais de financiamento adequados para sua realidade (a exemplo do Pronaf, na agricultura familiar); (iii) a criação de programas de assistência técnica com

capilaridade em todo o território nacional e que deem suporte aos empreendimentos nos mais diversos setores necessários ao seu negócio e sua forma de organização; (iv) maior possibilidade de acesso a mercados institucionais, por meio de compras públicas, que possam garantir a viabilidade inicial e o desenvolvimento desses empreendimentos, entre outras ações que podem ser derivadas do próprio Mapeamento elaborado pela Senaes (NAGEM; SILVA, 2013, p. 174).

Com intuito de enfrentar esses desafios, foi elaborado 1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019), em 2015, que reafirma a Economia Solidária como uma estratégia para o desenvolvimento socioeconômico:

Nos últimos anos, a economia solidária experimentou uma expansão no Brasil, em especial dentre os segmentos populacionais mais vulneráveis. As iniciativas econômicas solidárias vêm sendo incentivadas como estratégias de dinamização socioeconômica em processos de desenvolvimento local e territorial sustentável, na perspectiva de promover a coesão social, a preservação da diversidade cultural e do meio ambiente (BRASIL, 2015, p. 6).

O 1º Plano Nacional de Economia Solidária foi criado para vencer esses desafios. Por conseguinte, pretende oferecer educação e qualificação profissional aos empreendedores de economia solidária para promover o fortalecimento do trabalho associado e a melhoria de renda. Tem o intuito de vencer quatro desafios fundamentais referentes à dificuldade no acesso aos conhecimentos técnicos e de gestão, à dificuldade no acesso ao crédito, à dificuldade no acesso ao mercado e ao reconhecimento legal do empreendimento. O plano deverá ser base para a formulação das prioridades no Plano Plurianual do governo federal 2016/2019 (BRASIL, 2015).

De acordo com o ministro do trabalho, Ronaldo Nogueira, “as ações de economia solidária relacionadas à agricultura familiar garantem o sustento de mais de cem mil famílias que trabalham no campo e ajudam a colocar alimentos na mesa dos brasileiros”. O ministro ainda ressalta que a economia solidária deve ser cada vez mais incentivada devido a seu grande alcance social (PORTAL BRASIL, 2017).

Apesar da afirmação do ministro do trabalho, desde a saída de Paul Singer da SENAES, em 2016, a economia solidária vem perdendo força dentro do ministério do trabalho.

A SENAES, o PESD, e o 1º Plano Nacional de Economia Solidária, foram algumas conquistas da Economia Solidária no Brasil. No entanto, para que ela se torne uma estratégia de desenvolvimento socioeconômico efetiva no Brasil, seus

projetos e programas devem ser realmente priorizados pelo Estado. A Economia Solidária precisa deixar de ser uma política de governo para se tornar uma política de Estado.

Na seção a seguir será explanado o conceito da agricultura familiar e apresentadas algumas informações sobre agricultura familiar no Brasil.

2.5 AGRICULTURA FAMILIAR

Esse trabalho optou por utilizar a definição estabelecida pela Lei 11.326/2006 para conceituar o termo agricultor familiar, pois ela é também utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e por alguns trabalhos acadêmicos.

Dessa forma, é considerado como agricultor familiar o indivíduo que pratica atividade no meio rural; que seja pequeno proprietário ou arrendatário—não possuía arrendamentos de quatro módulos fiscais; que utilize mão de obra da própria família e tenha renda familiar mínima e originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo. São também considerados agricultores familiares os silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e assentados da reforma agrária desde que atendam aos requisitos da Lei 11.326/06 (IBGE, 2009) (SARAIVA et al., 2015).

O agricultor que não se enquadra nos requisitos da Lei 11.326/06 é considerado pelo IBGE não familiar (IBGE, 2009).

Apesar de serem as definições mais utilizadas no meio acadêmico, Navarro (2010) critica as considerações “agricultura familiar” e “não familiar” utilizadas pelo IBGE, e argumenta que não há nenhuma sustentação teórica nas definições utilizadas, sendo uma noção meramente descritiva.

Navarro (2010) ressalta, ainda, que há necessidade de se ir além dessa noção simplificadora de agricultura familiar estabelecida por lei, pois, ao ignorar a imensa diversidade dos subgrupos componentes da agricultura familiar, as políticas públicas esbarram em crescentes inconsistências, já que não são informadas das especificidades de cada grupo que forma o mundo rural brasileiro. Navarro

(2010) acredita ainda que, no Brasil, a expressão agricultura familiar sequer se beneficiou de algum lustro acadêmico, apenas refletiu a ação político-sindical aludida; por isso, propõe um debate para se chegar a uma definição que melhor contemple essas especificidades, e inclusive contribua para o aperfeiçoamento da ação governamental favorecendo o grande grupo de famílias rurais.

No Brasil, a agricultura familiar promove benefícios socioeconômicos, como a geração de emprego e renda no meio rural, a redução do êxodo rural e a produção de alimentos básicos para a população. A maioria dos agricultores familiares brasileiros possui baixo nível de escolaridade. Normalmente, utilizam como estratégia de negócio a diversificação dos produtos cultivados, com intuito de aumentar a renda e aproveitar a disponibilidade de mão de obra e as oportunidades de oferta ambiental (CASTRO; REZENDE; PIRES, 2014).

Historicamente, a agricultura familiar no Brasil tem papel relevante na produção da alimentação básica da população brasileira. Esse segmento responde por aproximadamente 38% da produção nacional de alimentos, fornecendo alguns produtos básicos da dieta do brasileiro, como arroz, feijão, milho, hortaliças, mandioca e pequenos animais (CASTRO, 2015).

De acordo com o IBGE (2009), em 2006, existiam cerca de 4.367.902 de estabelecimentos agropecuários de caráter familiar e 807.587 estabelecimentos não familiar, como apresenta a Tabela 1.

Tabela 1 - Estabelecimentos de agricultura por Região do Brasil

Regiões	Agricultura Familiar	%	Não Familiar	%
Norte	413.101	9%	62.674	8%
Nordeste	2.187.295	50%	266.711	33%
Centro-Oeste	217.531	5%	99.947	12%
Sudeste	699.978	16%	222.071	27%
Sul	849.997	19%	156.184	19%
Brasil	4.367.902	100%	807.587	100%

Fonte: CENSO AGROPECUÁRIO IBGE 2006 (2009)

De acordo com o apresentado na Tabela 1, em 2006 a região que obtinha a maior concentração de estabelecimentos de agricultura familiar era a Nordeste, representada por 50% do total dos estabelecimentos, e a região com a menor

concentração de estabelecimentos era a Centro-Oeste representada por apenas 5% dos estabelecimentos.

O número total de estabelecimentos de agricultura familiar, correspondendo a aproximadamente 84% do total de unidades agropecuárias, detém em torno de 20% das terras e ocupa 74% da mão de obra na área rural (CASTRO, 2015).

No Brasil, em 76% do total dos estabelecimentos de agricultura familiar, os agricultores são proprietários da terra em que produzem e 20% dos estabelecimentos têm acesso temporário ou precário às terras (arrendatário, parceiro, ocupante e produtor sem área), com apresenta Tabela 2:

Tabela 2 - Condição do produtor em relação às terras no Brasil

Condição do Produtor em relação às terras	Agricultura Familiar	%	Não Familiar	%
Proprietário	3.946.276	76%	682.408	9%
Assentado sem titulação definitiva	189.191	4%	18.800	0%
Arrendatário	230.110	4%	6.911.635	90%
Parceiro	142.531	3%	15.736	0%
Ocupante	412.357	8%	43.689	1%
Produtor sem área	255.024	5%	12.955	0%
Total dos Estabelecimentos	5.175.489	100%	7.685.223	100%

Fonte: CENSO AGROPECUÁRIO IBGE 2006 (2009)

De acordo com Castro (2015), apesar da importância dos agricultores familiares para a alimentação básica brasileira, esse segmento sempre recebeu pouco apoio do poder público para realizar sua atividade. A agricultura familiar, ao longo do processo de modernização da agricultura brasileira, foi negligenciada pelas diversas esferas governamentais, com falta de apoio desde o acesso à terra até a comercialização da produção.

No que se refere à comercialização da produção agrícola familiar, Pontes e Santos (2015) acreditam que:

As condições de mercado para os produtos agrícolas estão geralmente associadas às limitações no sistema produtivo tais como: rendimento por unidade (produtividade), qualidade do produto, logística de distribuição (estradas e distâncias), eletrificação, abastecimento e qualidade de água,

armazenamento, maior ou menor eficiência de grupos (associações ou cooperativas). Essas variáveis determinam diretamente as condições e possibilidades de abertura de mercado para os produtos agrícolas (PONTES; SANTOS, 2015, p. 2).

Algumas medidas foram tomadas para o incentivo e fortalecimento da agricultura familiar no Brasil, como a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER).

O PRONAF foi criado em resposta às pressões do movimento sindical rural, e tem a finalidade de proporcionar apoio institucional e crédito rural em condições favorecidas aos pequenos produtores rurais que encontram sérias dificuldades em manter sua produção e gerar renda (CAMARGO; BACCARIN; SILVA, 2013).

Dessa forma, o PRONAF tem como um dos seus objetivos melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares brasileiros, promovendo o desenvolvimento rural de forma sustentada, aumentando sua capacidade produtiva e criando novas oportunidades de emprego e renda (BRASIL, 1996).

No entanto, após avaliação do PRONAF, referente ao período de 2000 a 2010, verificou-se que é necessário realizar aperfeiçoamentos e modificações no programa de forma apropriada para cada região, pois foi identificada uma desproporção entre a distribuição dos agricultores familiares pelo território brasileiro e a distribuição dos recursos do PRONAF (CASTRO; REZENDE; PIRES, 2014).

Verificou-se nessa avaliação do programa que a maior parte dos recursos do PRONAF, no período de 2000 a 2010, foi aplicada no Sul do país, apesar de cerca de 50% dos agricultores familiares no Brasil estarem na região Nordeste. Constataram-se também impactos positivos do PRONAF sobre o crescimento do PIB *per capita* e do PIB agropecuário, especialmente nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul do país, concentrando 84,4% dos recursos e 90,4% dos beneficiários do PRONAF nessas regiões. Contudo, não houve impacto positivo considerável do PRONAF, no mesmo período, nas regiões Norte e Centro-Oeste (CASTRO; REZENDE; PIRES, 2014).

O PAA foi criado por meio da Lei no 10.696/2003, e tem por objetivos garantir aos indivíduos em insegurança alimentar e nutricional o acesso aos alimentos em

quantidade e regularidade, reduzir o êxodo rural e promover a inclusão social no campo. O Programa contribui, ainda, orientando os agricultores familiares para a formação de estoques estratégicos para o armazenamento de seus produtos para posterior comercialização a um preço justo (SARAIVA et al., 2015).

OPNAE é o mais antigo e duradouro Programa de Alimentação Escolar e de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) do Brasil (FNDE, 2015). O PNAE garante que no mínimo 30% dos repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) sejam investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar. Destarte, contribui para o desenvolvimento sustentável; incentiva a aquisição de gêneros alimentícios diversificados produzidos localmente; e respeita a sazonalidade, a cultura e a tradição alimentar. O programa estende-se a toda a rede pública de educação básica, inclusive aos alunos participantes do Programa Mais Educação, bem como à educação de jovens e adultos (FNDE, 2016).

O PNATER foi instituído pela Lei 12.188/2010, e tem por objetivo prestar serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) ao agricultor familiar. De acordo com o inciso I, do art. 2º, da Lei 12.188/2010, entende-se por ATER:

Serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais (BRASIL, 2010).

Historicamente, no Brasil, os agricultores familiares foram sempre marginalizados no acesso ao ATER. Recriar um sistema de ATER pública para atender esse público justifica-se pela dificuldade dos agricultores familiares em pagar por esse tipo de serviço e pela importância desse seguimento no conjunto do setor agropecuário brasileiro. O ATER contribui para promoção do desenvolvimento rural; destarte, espera-se, dessa nova tentativa de construção de um sistema de ATER público, a estruturação de instituições adaptadas para atendimento dos agricultores familiares da melhor forma possível dentro das limitações financeiras do governo brasileiro (CASTRO, 2015).

O processo de modernização é outro dilema enfrentado pela agricultura familiar. A falta de recursos da agricultura familiar impossibilita a aquisição, adaptação ou criação de tecnologias apropriadas às necessidades da agricultura familiar. É necessário o uso da tecnologia na agricultura familiar para tornar seus

empreendimentos mais competitivos e rentáveis; no entanto, essas tecnologias não podem interferir na eficiência e na capacidade de produzir alimentos com sustentabilidade social, econômica e ambiental (SOUZA, 2011). Nesse sentido, Souza (2011) afirma que:

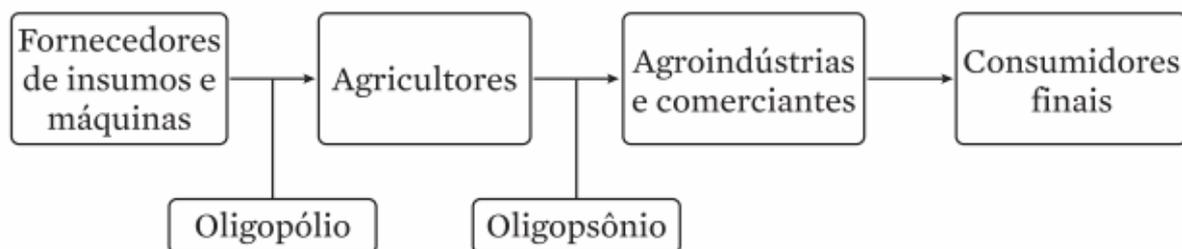
A nova forma de “modernização” deve ocorrer através das perspectivas autônomas e relacionais entre a sociedade rural, agricultura e a natureza numa ação interativa solidária. Destarte, a nova forma de construção do Espaço Rural origina-se na natureza e no agricultor e os benefícios da produção agrícola corresponderão à respeitabilidade contínua entre a natureza, agricultura e comunidades rurais. A partir deste direcionamento, os problemas gerados pela modernização agrícola ineficiente, a exemplo da dependência financeira, exclusão e pobreza, serão erradicados do meio rural (SOUZA, 2011, p. 248).

Para Vieira (2014, p. 36), a baixa competitividade da agricultura familiar ocorre “pela redução dos custos por unidade de produto, com a produção mecanizada e a redução dos preços recebidos pelos agricultores”.

Um dos fatores que contribuem para esse desequilíbrio é o aumento dos custos com adubos e fertilizantes pela agricultura familiar. Diferente da agricultura mecanizada, que após a colheita aproveita todos os resíduos orgânicos como adubo, a agricultura familiar, comumente, queima suas terras após a colheita deteriorando-a; desse modo, necessitará utilizar mais adubo e fertilizante industrializados para repor os nutrientes necessários para produzir novamente. Além disso, quando a agricultura familiar aumenta suas compras (custos) com insumos industrializados, parte da sua renda vai para o setor industrial (VIEIRA, 2014).

Ainda para Vieira (2014), na cadeia produtiva da agropecuária, o setor industrial é fornecedor dos bens de capital e dos insumos para a agropecuária. Nessa relação, o preço é determinado pelos fornecedores que normalmente formam um grupo reduzido (oligopólio). Os preços dos produtos da agropecuária na comercialização são determinados pelos compradores – estes constituem um número reduzido de agroindústrias de alimentos e comerciantes (oligopsônio), como demonstra a figura 2:

Figura 2: Cadeia produtiva da agropecuária



Fonte: Vieira (2014)

Assim, na cadeia produtiva da agropecuária, os agricultores suportam os custos mais elevados e obtêm as menores receitas, reduzindo muito sua rentabilidade e aumentando a renda do setor industrial. Essa relação dificulta o acesso dos agricultores familiares ao capital econômico, tornando-os uma classe frágil. Para modificar essa relação, a cooperação, a associação entre eles, pode ser uma alternativa para seu fortalecimento e melhor acesso ao capital econômico.

A Cooperativa de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Araponga (ECOSOL Araponga), no estado de Minas Gerais, é um exemplo de como a união e a cooperação entre os produtores rurais podem mudar a relação de dependência dos agricultores familiares com o setor industrial. A cooperativa de crédito – considerada um EES – foi criada em 2004, para facilitar o acesso ao crédito aos agricultores familiares cooperados produtores de café. A ECOSOL Araponga, gerenciada e dirigida pelos próprios agricultores familiares, possibilita a inserção dos produtores no sistema formal de crédito, oferecendo serviços de capitalização/poupança, investimento, pró-comércio (adiantamento sobre a venda do produto para que os agricultores possam esperar para vendê-lo por melhor preço); o pró-insumo e a pró-colheita, mediante menores taxas de juros e melhores condições de pagamento. Dessa forma, a cooperativa de crédito contribui para o fortalecimento dos agricultores – alavancando suas atividades produtivas e possibilitando o aumento de renda – e ainda dinamiza a economia local por meio da aplicação e circulação dos recursos financeiros dos agricultores familiares, promovendo o desenvolvimento local (FREITAS; AMODEO; SILVA, 2012).

Outro exemplo de EES que contribuiu para o fortalecimento dos agricultores familiares é a associação para distribuição da produção familiar. Os agricultores

familiares feirantes do município de Ijuí, no estado do Rio Grande do Sul, perceberam que muitos não conseguiriam garantir sua reprodução social a partir do sistema de produção dominante na região (baseado na cultura da soja). Os produtores familiares só não foram excluídos da atividade agrícola porque buscaram alternativas de produção em torno de produtos de feira (hortifrutigranjeiros; derivados de leite, de carne suína e bovina; produtos de panificação e confeitaria). Por verificaram que apenas produzir não era o suficiente – pois havia também a necessidade de distribuir seus próprios produtos, para obter um maior ganho –, associaram-se e constituíram uma EES, para distribuir sua produção diretamente aos consumidores finais, no caso, a feira livre (LEMES; BASSO, 2010).

O Projeto Esperança/Cooesperança no município de Santa Maria/RS possui centenas de famílias de agricultores familiares associadas, as quais atualmente estão inseridas no mercado produtivo por meio do trabalho solidário junto à cooperativa. Criada em 1989, a Cooesperança é uma cooperativa mista de pequenos produtores rurais e urbanos da região central do estado do Rio Grande do Sul, e está vinculada ao Projeto Esperança. Na cooperativa, os produtores familiares produzem dentro de uma proposta solidária, autogestionária, transformadora e sustentável. Dentre os benefícios que o Projeto Esperança/Cooesperança proporcionou para os agricultores familiares associados destacam-se aqueles que contribuíram para melhorar o acesso ao capital econômico – como o aumento da produção, a facilidade de venda dos produtos, o aumento da renda mensal, as alternativas de produção e a maior aceitação dos produtos –, e aqueles que contribuíram para desenvolver e/ou acumular o capital humano, o capital social e o capital cultural – como o aumento do convívio social, os encontros e as reuniões realizadas, a conquista de novas amizades, a mudança da forma de produção capitalista para forma de produção e consumo solidário, e a transformação na forma de pensar individualista para a preocupação com o coletivo (CASSOL; WIZNIEWSKY, 2013).

Basso (2006) ressalta que é preciso considerar a importância de uma combinação de diferentes ativos de capital, quando se trata da elaboração de estratégias de reprodução social que permitam o desenvolvimento rural. E, mais importante ainda do que caracterizar os tipos de ativos que são mais ou

menos significativos para os agricultores familiares, é perceber que alguns ativos contribuem mais para o desenvolvimento de ações tipicamente instrumentais (perspectiva meramente econômica), enquanto outros tipos de ativos também contribuem para dar significado à vida das pessoas e se tornam fontes de poder e de emancipação (capital humano, capital social e capital cultural), favorecendo o fortalecimento da capacidade de luta e resistência social e de mudança nas relações dos agricultores familiares com o mercado, o Estado e a sociedade civil.

Dessa forma, além de caracterizar o capital social existente, conforme o objetivo dessa pesquisa, esse estudo também realizou a caracterização das condições de produção dos agricultores familiares de São José do Barreiro, com intuito de contribuir para o melhor entendimento da reprodução social desses pequenos produtores, apresentada na seção 5 desse trabalho.

3 MÉTODO

3.1 DESCRIÇÃO DO TIPO DE PESQUISA

O presente trabalho pretende contribuir para o aumento do conhecimento sobre o capital social existente entre os agricultores familiares do município de São José do Barreiro, visando verificar se o capital social existente é favorável à constituição de empreendimentos econômicos solidários.

Para caracterização do capital social atual dos agricultores familiares de São José do Barreiro, foi realizada uma pesquisa exploratória quanto ao objetivo e qualitativa quanto à abordagem do problema.

Para cumprir esse objetivo, a pesquisa esteve fundamentada no entendimento de capital social de Bourdieu (1980) e Araújo (2010).

Bourdieu acredita que há capital social em todos os núcleos sociais, desenvolvida a partir das relações sociais. No entanto, o conceito de capital social está relacionado ao capital econômico e ao capital cultural. Para Bourdieu, há uma hierarquia entre os tipos de capital, necessários à constituição e reprodução das classes sociais. Nesse sentido, o capital social está subordinado aos efeitos relacionados à forma de como se acessa o capital econômico e o capital simbólico, o que gera dificuldades para a organização e a ação dos grupos pertencentes às classes sociais mais frágeis. É um paradoxo: o capital social das camadas populares é fundamental para sua organização, porém suas condições de efetivação podem ser mais precárias, o que dificulta a organização para a superação das condições mais adversas (BOURDIEU, 1980).

Araújo compreende que o capital social é um importante instrumento para a elaboração de políticas públicas, mas que não opera solitariamente, havendo assim a necessidade da intervenção do Estado. Entende ainda, que o Estado, sociedade e governo devem desempenhar suas funções conjuntamente visando a revitalização da sociedade civil e da democracia, e o desenvolvimento sustentável (ARAÚJO, 2010).

Os agricultores familiares pertencem a uma classe social mais frágil, que tem seu acesso ao capital econômico prejudicado devido a sua relação de dependência ao setor industrial (este que é, ao mesmo tempo, fornecedor de insumos e comprador de sua produção). De tal relação resulta uma renda reduzida para o produtor. Trabalhando sozinho, o agricultor familiar arca com todos os custos, restando pouco para sua sobrevivência; em consequência, ele aumenta sua carga horária de trabalho para tentar aumentar a sua produção e conseguir aumentar sua renda. Com a maior parte do seu dia ocupado com o trabalho, o produtor familiar não participa da comunidade, alienando-se do convívio social, em uma rotina de vida de casa para o trabalho e do trabalho para casa, e restringindo suas relações ao núcleo familiar, o que prejudica seu acesso ao capital social e ao capital simbólico. Assim, a cooperação, a associação entre eles, pode ser uma alternativa para seu fortalecimento e melhor acesso ao capital econômico. Dessa forma, justifica-se a necessidade de se conhecer o capital social existente entre os agricultores familiares de São José do Barreiro.

Sob essa perspectiva, a caracterização do capital social dos agricultores familiares de São José do Barreiro pode possibilitar a estruturação de empreendimentos econômicos solidários com maior assertividade, mediante a consideração das condições presentes para a associação entre os trabalhadores.

Busca-se, com a identificação do capital social dos agricultores familiares de São José do Barreiro, produzir subsídios para as políticas públicas municipais de fomento à economia solidária. Deste modo, os responsáveis por estruturar e efetivar ações quanto à agricultura familiar e à economia solidária podem ter a seu dispor subsídios mais condizentes com a realidade local e decidir quais delas podem efetivamente ser estruturadas para viabilizar a sustentabilidade econômica e social da agricultura familiar.

A pesquisa qualitativa preocupa-se em estudar e analisar o mundo empírico em seu ambiente natural, valorizando o contato direto e prolongado do pesquisador com a situação e o ambiente estudado. Nessa abordagem de pesquisa utilizam-se para a coleta de dados equipamentos como gravadores ou simplesmente anotações num bloco de papel, pois o mais importante instrumento é o próprio pesquisador que

deverá ser o melhor nos processos de observação, seleção, análise e interpretação dos dados coletados (GODOY, 1995).

A escolha da pesquisa qualitativa quanto à abordagem do problema justifica-se por ser a mais indicada para o estudo de valores sociais fundamentais. Para realização da pesquisa qualitativa é necessário que se concentrem esforços no sentido “vertical”, contribuindo para o aprofundamento e a qualidade das informações (SOUZA, 2012).

Ao pesquisar o capital social existente entre os agricultores familiares, foram observadas as seguintes dimensões baseadas em Grootaert et. al (2003): participação de grupos e redes; confiança e solidariedade; ação coletiva e cooperação; informação e comunicação; coesão e inclusão social. Dessa forma, estudaram-se valores sociais e aspectos subjetivos do comportamento humano, que puderam ser aprofundados pela abordagem qualitativa.

Segundo Lima, Terra e Carniello (2013), existem pesquisas sobre capital social que optaram pela abordagem qualitativa, as quais foram aplicadas em amostras reduzidas e com especificidades, como a que foi realizada por esse trabalho.

3.2 DEFINIÇÃO DA AMOSTRA DA PESQUISA

A população de interesse desse estudo é constituída pelos agricultores familiares de São José do Barreiro. Considera-se agricultor familiar o produtor com as características estabelecidas na Lei 11.326/06.

No ano de 2010, a população total do município era de 4.077 pessoas; 1.208 pessoas viviam na área rural (IPEA, 2013). Das 251 UPAs identificadas em 2007 e 2008 no município, 173 poderiam ser consideradas unidades de produção de agricultura familiar, pois suas áreas são de até 4 módulos fiscais e utilizam mão de obra de seus familiares (CATI, 2009).

Durante a pesquisa, verificou-se que no município de São José do Barreiro a pecuária leiteira é a única atividade rural que possibilita aos agricultores familiares sobreviver exclusivamente com a renda de sua produção. Por conseguinte, a

amostra final selecionada foi de 12 produtores de leite com as características de agricultor familiar.

Das 251 UPAs do município, 85 exploram a bovinocultura de leite e 124 exploram a bovinocultura mista (leite e corte) (CATI, 2009).

O presente trabalho selecionou a amostragem de forma não probabilística e por saturação teórica. A amostragem por saturação é uma ferramenta frequentemente utilizada em pesquisas qualitativas para estabelecer a quantidade final de uma amostra em estudo. Ao constatar durante as entrevistas dados redundantes ou repetitivos, o pesquisador cessa a captação de novos participantes, estabelecendo o fechamento amostral por saturação teórica (FONTANELLA; RICAS; TURATO, 2008).

3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

As técnicas de coleta de dados utilizadas no presente trabalho são: pesquisa documental para conhecer dados oficiais sobre os agricultores familiares e município estudados (renda, IFDM, população, localização territorial); e entrevistas pessoais, para verificar o capital social existente entre os agricultores do município de São José do Barreiro.

Como filtro de pesquisa, para confirmar que o produtor é de fato um agricultor familiar e, portanto, um sujeito da presente pesquisa, inicialmente foi aplicado o questionário de identificação do produtor como agricultor familiar. Tal roteiro de questões, elaborado para identificar o agricultor familiar de acordo com os critérios estabelecidos pela Lei 11.326/06 (Apêndice I), é composto por questões fechadas.

Para elaboração do roteiro de questões para entrevistas, foi escolhido o Questionário Integrado para Medir Capital Social - QI-MCS, proposto por Grootaert et. al. (2003). Essa escolha é justificada porque o QI-MCS foi elaborado a partir de *surveys* sobre capital social que demonstraram confiabilidade, validade e utilidade. O QI-MCS contou em seu processo de elaboração com contribuições e críticas de consultores especializados, e também foi previamente testado em campo (GROOTAERT et. al, 2003).

No entanto, algumas questões propostas pelo QI-MCS não foram suficientes para o conhecimento de determinados contextos; além disso, outras questões precisaram ser acrescentadas para contemplar as especificidades da amostra pesquisada (GROOTAERT et. al, 2003).

Assim, o QI-MCS foi adaptado para esta pesquisa exploratória e qualitativa e organizado considerando as dimensões e elementos específicos pesquisados, conforme apresentado no Quadro 2:

Quadro 2 - Dimensões do Capital Social

Dimensões	Elementos Específicos Pesquisados
1. Grupos e redes	<ul style="list-style-type: none"> • participação de associação; • funcionamento democrático; • extensão das conexões com outros grupos.
2. Confiança e Solidariedade	<ul style="list-style-type: none"> • confiança entre os agricultores familiares; • confiança nos membros do bairro/localidade; • confiança no governo e líderes locais; • existência da solidariedade entre os agricultores familiares.
3. Ação Coletiva e Cooperação	<ul style="list-style-type: none"> • tipo de atividades desenvolvidas coletivamente; • iniciativa para cooperar e participar de ações coletivas.
4. Informação e Comunicação	<ul style="list-style-type: none"> • acesso aos meios de comunicação; • meios de comunicação utilizados pelos agricultores familiares; • meios de comunicação que utilizam para ter acesso às informações sobre ações do governo e mercado.
5. Coesão e Inclusão Social	<ul style="list-style-type: none"> • inclusão; • sociabilidade; • conflito; • violência.
6. Empoderamento e Ação Política	<ul style="list-style-type: none"> • habilidade para tomar decisões que afetam as atividades cotidianas e que podem mudar o curso de vida dos agricultores familiares; • ação política dos agricultores familiares.

Fonte: Elaborado pela autora

Ressalte-se que o roteiro de questões elaborado para entrevista é semiestruturado e composto por perguntas abertas.

O projeto foi enviado para aprovação do Comitê de Ética da Universidade de Taubaté, em 22 de julho de 2016 (Anexo I), e aprovado em 09 de setembro de 2016 (Anexo II). Após aprovação do Comitê de Ética, os questionários foram aplicados à amostra – agricultores familiares de São José do Barreiro – por meio de entrevista pessoal.

3.4 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

A coleta documental foi realizada principalmente por meio dos sites oficiais (EMPLASA, IBGE, FIRJAN, Atlas Brasil, CATI, FNDE, etc) para obtenção de dados, como o número de habitantes, extensão territorial, evolução populacional, estrutura etária da população, população por gênero e área, IFDM, área das Unidades de Produção Agropecuárias, referentes ao município de São José do Barreiro. Foram coletados alguns dados referentes ao estado de São Paulo e do Brasil, quando foi necessária a comparação dos dados entre município, estado e país, para devida análise.

Em campo, de forma não probabilística e por acessibilidade, foram selecionados 12 agricultores familiares de São José do Barreiro.

Para encontrar os agricultores familiares, a pesquisadora foi primeiramente à feira livre do município, onde haveria maior concentração de produtores rurais.

Entretanto, verificou-se que todos os produtores de hortaliças e grãos, que vendiam sua pequena produção agrícola na feira livre, obtinham sua renda principal de outra atividade – a maioria era funcionário público e também pequeno produtor. Na feira livre, vendiam o excedente do que produziam para seu consumo e de sua família.

Para conhecer melhor a realidade dos agricultores familiares, a pesquisadora foi à Casa da Agricultura e ao Sindicato Rural do município, onde foi orientada a visitar as pequenas propriedades dos que se dedicam à produção familiar de leite.

Apesar de as estradas de terra estarem em boas condições e algumas propriedades serem próximas ao centro, os primeiros dias de pesquisa em campo não foram muito bem-sucedidos, pois os produtores abordados não se caracterizavam como agricultores familiares.

Na tentativa de encontrar os sujeitos para sua pesquisa, a pesquisadora buscou a ajuda dos moradores locais, para a indicação de produtores rurais com as características de agricultores familiares. Assim, mediante tal ajuda, a pesquisadora chegou às propriedades dos produtores de leite, caracterizados como produtor familiar.

Inicialmente foi solicitado o aceite do pesquisado, pois todos os entrevistados precisaram assinar o termo de livre consentimento de pesquisa (Anexo III). A pesquisadora explicou-lhes sobre o estudo e o cunho da pesquisa.

Após consentimento do pesquisado, aplicou-se o questionário de identificação do produtor como agricultor familiar, como filtro de pesquisa, para confirmar que o pesquisado é realmente um agricultor familiar e que, portanto, poderia participar como respondente do estudo.

Diante da confirmação, realizou-se entrevista, aplicando-se o questionário do capital social para a identificação dos elementos do capital social existentes entre eles, conforme as dimensões: grupos e redes; confiança e solidariedade; ação coletiva e cooperação; informação e comunicação; coesão e inclusão social; autoridade (*empowerment*) e ação política.

Apesar da receptividade dos produtores e de sua boa disposição para atender a pesquisadora, o trabalho deles é intenso e há pouco tempo livre disponível. A maioria das entrevistas foi realizada no curral ou próximo a ele; algumas das entrevistas foram feitas com o produtor limpando suas ferramentas de trabalho.

Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas para devida comprovação e análise dos dados coletados.

Essa pesquisa traz risco mínimo para os pesquisados, visto que atende a todas as recomendações da Resolução 510/16. Também não trará benefícios individuais para os pesquisados, mas, certamente, contribuirá para a construção de conhecimento do capital social existente entre os agricultores familiares em São José do Barreiro, podendo servir de fundamento para estudos futuros.

3.5 PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DE DADOS

No presente trabalho foi realizada análise de conteúdo. Primeiramente, foram analisadas as condições dos produtores familiares de leite e depois analisados os dados, conforme cada dimensão de capital social, como será descrito a seguir.

De acordo com Grootaert et. al (2003), há três dimensões úteis que verificam o capital social de maneira relevante para as políticas públicas e em diferentes pontos de vista. São eles:

- **A participação em associações e redes:** é um indicador de entrada, pois as associações e redes são meios que possibilitam a acumulação do capital social.
- **A confiança:** pode ser um indicador de entrada ou de produção, ou mesmo de medida direta de capital social, dependendo da abordagem conceitual adotada.
- **A ação coletiva:** é um indicador de produção. Devido às suas diferentes perspectivas.

Essas três dimensões são abordadas pelos módulos 1, 2 e 3 do roteiro de questões capital social (Apêndice II); as respostas das questões desses módulos foram analisadas em conjunto, para obter um quadro mais completo do capital social existente entre os agricultores familiares de São José do Barreiro (GROOTAERT et. al, 2003).

Outras dimensões que foram utilizadas são: fontes de informações; coesão e inclusão social; e empoderamento e ação política. Essas dimensões são abordadas pelos módulos 4, 5 e 6 do roteiro de questões capital social (Apêndice II) e coletaram dados que contribuíram para identificar certos aspectos e/ou manifestações de capital social (GROOTAERT et. al, 2003).

A dimensão informação e comunicação (módulo 4) contribuiu para coletar dados sobre as fontes de informação e comunicação, investigando a disponibilidade para o acesso aos meios de comunicação e fontes de informação, bem como os meios de comunicação mais utilizados pelos agricultores familiares e outros membros de São José do Barreiro. O contato pessoal é uma forma direta de comunicação; devido a sua importância, também foi investigada a distância das viagens entre o domicílio do agricultor familiar e o centro da cidade, e entre o município mais próximo; e ainda, se o domicílio do agricultor é acessível pela estrada durante todo o ano (GROOTAERT et. al, 2003).

A dimensão coesão e inclusão social (módulo 5) é considerada um dos resultados mais importantes da presença de capital social, pois um alto nível de sociabilidade é característico de uma localidade socialmente coesa. Esse módulo é composto por questões acerca das interações sociais cotidianas, que verificarão a inclusão social no contexto do acesso ou de exclusão a serviços importantes

(educação, saúde e justiça). Também é composto por questões que verificarão o nível geral de conflito e violência na localidade, através das percepções dos agricultores familiares em relação à segurança e ao medo de serem vítimas de crimes (GROOTAERT et. al, 2003).

A dimensão empoderamento e ação política (módulo 6) verificou até que ponto os agricultores familiares se sentem com autoridade ou capacitados e se participam de ações políticas. O módulo 6 é composto por questões que abordarão as habilidades de controle sobre as decisões que afetam diretamente a vida cotidiana dos agricultores familiares. Há também questões acerca de um conjunto de meios concretos pelos quais os agricultores familiares possam tentar aumentar esse controle, tais como as petições aos membros do governo, a participação em reuniões abertas e em eleições. Algumas questões para verificar a percepção dos agricultores familiares acerca da honestidade dos membros do governo e o nível de corrupção também foram incluídas nesse módulo (GROOTAERT et. al, 2003).

Para análise dos dados nessa pesquisa foi utilizada a técnica de análise de conteúdo. A análise de conteúdo é considerada uma “técnica de análise de dados rica, importante, e com grande potencial para o desenvolvimento teórico no campo da administração, principalmente nos estudos com abordagem qualitativa” (MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011, p.745).

Dessa forma, baseado nos estudos de Bardin (2011), a análise de conteúdo nesse trabalho será realizada em três etapas: 1) pré-análise, 2) exploração do material, e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Na etapa da pré-análise, os dados obtidos por meio da revisão de literatura foram organizados para serem analisados e posteriormente tornar possível sistematizar as ideias iniciais. Nessa etapa também foram realizadas as transcrições dos áudios das entrevistas para análise. A partir da revisão de literatura e das transcrições das entrevistas, foram formuladas as hipóteses e os objetivos e, então, feita a referência das dimensões que envolvem o capital social.

Na etapa de exploração do material, foi explorado o material coletado nas entrevistas pessoais para identificação e classificação das características de capital social existente entre os agricultores familiares, conforme a categorização das dimensões de capital social estabelecidas por Grootaert et. al (2003).

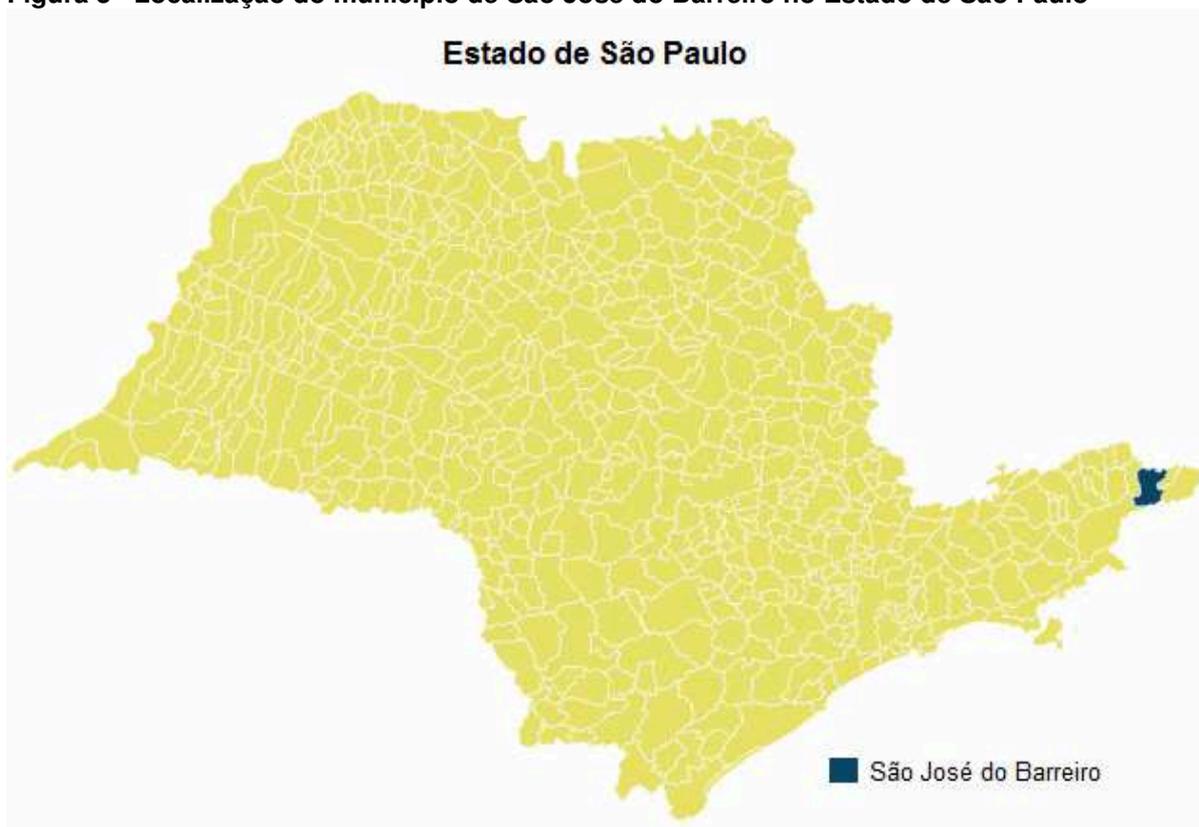
Na etapa final da análise de conteúdo – por meio da intuição, e da análise reflexiva e crítica – foi realizado o tratamento dos resultados, culminando no diagnóstico do capital social existente entre os agricultores familiares de São José do Barreiro.

4 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

4.1 O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BARREIRO

São José do Barreiro está localizado no estado de São Paulo (como demonstra figura 3); possui uma área territorial de 570,68 km², com população estimada para o ano de 2016 de 4.183 habitantes. A densidade demográfica estimada para o município em 2016 é de 7,33 hab/km² (EMPLASA, 2016).

Figura 3– Localização do município de São José do Barreiro no Estado de São Paulo



Fonte: IBGE (2017)

O município pertence à sub-região 4 da RMVPLN. A RMVPLN, criada pela Lei Complementar 1.166/2012, é composta por 39 municípios paulistas, divididos em cinco sub-regiões. A sub-região 4 é formada pelos municípios Arapeí, Areias, Bananal, Cruzeiro, Lavrinhas, Queluz, São José do Barreiro e Silveiras, conforme apresenta a figura 4 (EMPLASA, 2016).

Figura 4 - A RMVPLN e divisão das sub-regiões



Fonte: EMPLASA (2016)

A RMVPLN é uma região extensa, que concentra 2,4 milhões de habitantes e gera 5% do Produto Interno Bruto (PIB) paulista. A região está situada entre as duas capitais mais industrializadas do país, São Paulo e Rio de Janeiro, contribuindo para o crescimento da produção industrial em alguns municípios localizados no eixo da Rodovia Presidente Dutra, principalmente nos setores automobilístico, aeronáutico, aeroespacial e bélico. A região destaca-se não apenas pela atividade industrial, mas também pelas atividades portuárias e petroleiras no litoral norte, e pelo turismo em alguns municípios da Serra da Mantiqueira, litoral e cidades históricas. A RMVPLN ainda dispõe de um rico patrimônio natural, histórico e cultural, como as Serras da Mantiqueira, da Bocaina e do Mar, e pelas fazendas de valor histórico e arquitetônico (EMPLASA, 2016).

Apesar de o município de São José do Barreiro pertencer à RMVPLN, uma região altamente industrializada e próspera, atualmente o município se encontra estagnado economicamente.

No auge do café, no século XIX, São José do Barreiro foi um dos municípios mais prósperos da região do Vale do Paraíba. O Vale do Paraíba, nesse período, era caracterizado pela monocultura cafeeira e mão de obra escrava (RICCI, 2006). Mesmo com queda da produtividade do café, São José do Barreiro manteve a monocultura cafeeira, o que dificultou o processo de diversificação e modernização da agricultura e, conseqüentemente, inviabilizou o surgimento de novas oportunidades (CONCEIÇÃO, 2015).

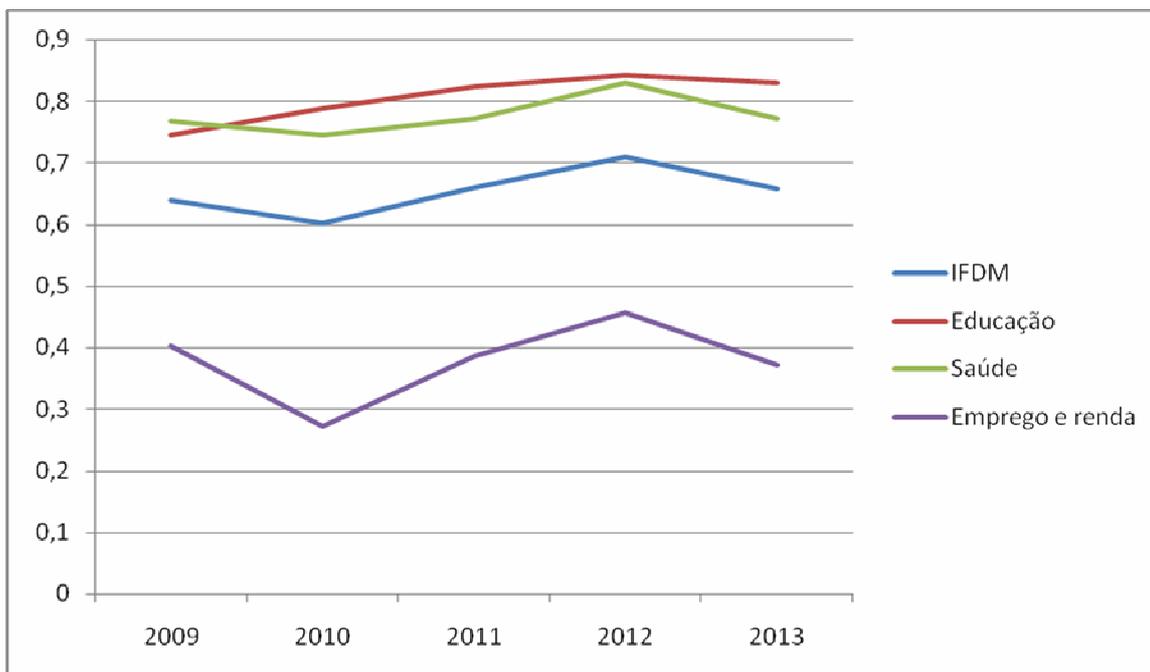
No período de 1960 e 1980, houve crescimento acelerado de alguns municípios do Vale do Paraíba devido ao processo de industrialização. Entretanto, a industrialização gerou poucos efeitos positivos em São José do Barreiro e nos outros municípios do Vale Histórico, pois essa região perdeu parte da sua força de trabalho permanecendo com uma economia de subsistência (VIEIRA, 2009).

São José do Barreiro tem como sua principal via de acesso a Estrada dos Tropeiros (SP- 68) – um trecho da estrada que liga São Paulo ao Rio de Janeiro, cortando o Vale o Histórico – que, desde 1928, mesmo com a decadência do café, vinha mantendo parcialmente a economia da região. Entretanto, a inauguração da Rodovia Presidente Dutra (BR-116), em 19 de janeiro de 1951, contribuiu para o isolamento e esvaziamento econômico do município e dos municípios do Vale Histórico, pois a nova rodovia levou ao deslocamento da rota do comércio (CONCEIÇÃO, 2015).

O isolamento e a estagnação econômica do município vêm dificultando a geração de trabalho e renda. Em 2010, o IFDM de São José do Barreiro foi de 0,6015, o menor índice entre os municípios da RMVPLN e um dos menores do estado de São Paulo, ocupando a 639ª posição dentre as 644 cidades do estado avaliadas naquele ano (FIRJAN, 2014).

Verifica-se, de acordo com o sistema FIRJAN (2016), que o indicador emprego e renda é o mais baixo do município, quando comparado com os indicadores educação e saúde, no período de 2009 a 2013, conforme demonstra o Gráfico 3.

Gráfico 3 - Evolução do IFDM e indicadores de São José do Barreiro no período de 2009 a 2013



Fonte: Elaborado pela autora, baseada em Firjan, 2016

Para Conceição (2015, p. 78), “a análise da variação demográfica é uma ferramenta importante para a pesquisa, pois permite verificar qual a situação econômica do município”. Observa-se que há um aumento no número da população de um município quando ocorre o crescimento econômico, muitas vezes devido a uma migração em busca de novas oportunidades de trabalho. No entanto, quando há estagnação econômica no município, devido à falta de perspectiva, a população tende a migrar para outros municípios com melhores perspectivas de trabalho e renda. Dessa forma, a estagnação econômica é reforçada com a defasagem na mão de obra qualificada e a falta de serviços especializados, pois os jovens talentos evadem-se para os centros urbanos retornando ao seu município de origem somente ao se aposentar (CONCEIÇÃO, 2015).

Esse fenômeno é verificado no município de São José do Barreiro, pois apesar de ter havido um aumento da população total no período de 1991 a 2010, esse aumento foi muito menor quando comparado ao ocorrido em todo o estado de São Paulo e até mesmo no Brasil, como é apresentado pela tabela 3:

Tabela 3: Evolução Populacional no período de 1991 a 2010

Região	1991	2000	2010	Varição 1991/2010
São José do Barreiro	3.933	4.143	4.077	3,66%
Estado de São Paulo	31.588.925	37.032.403	41.262.199	30,62%
Brasil	146.825.475	169.799.170	190.755.799	29,92%

Fonte: adaptado de IBGE/Seade (2016)

Verifica-se que, no período de 1991 a 2000, houve um aumento de 5,34% da população total de São José do Barreiro, entretanto, no período de 2000 a 2010, a população total regrediu em 1,59%. A população total do estado de São Paulo e do Brasil aumentou em cerca de 30% no período de 1991 a 2010, enquanto no município de São José do Barreiro aumentou apenas 3,66% no período.

Pode-se verificar que houve uma elevação considerável da taxa de envelhecimento do município. Em 1991, estava em 5,90%, elevando para 8,09% em 2000. E em 2010 o resultado foi de 9,76% (ATLAS BRASIL, 2013), como demonstra a tabela 4.

Tabela 4: Estrutura Etária da População - Município - São José do Barreiro - SP

Estrutura Etária	1991	%	2000	%	2010	%
Menos de 15 anos	1.331	33,84	1.205	20,09	1.042	25,56
15 a 64 anos	2.370	60,26	2.603	62,83	2.637	64,68
População de 65 anos ou mais	232	5,90	335	8,09	398	9,76
Razão de dependência	65,95	-	59,16	-	53,28	-
Taxa de envelhecimento	5,90	-	8,09	-	9,76	-

Fonte: Atlas Brasil (2013)

Essa ascendência na taxa de envelhecimento da população de São José do Barreiro justifica a estagnação econômica, pois o município tornou-se incapaz de manter sua própria mão de obra qualificada ou atrair profissionais capacitados.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2013), a área rural é ocupada por 30% da população do município, conforme apresenta a Tabela 5.

Tabela 5: População total, por gênero e área rural/urbana – Município São José do Barreiro/SP

População	1991	%	2000	%	2010	%
População Total	3.933	100%	4.143	100%	4.077	100%
Homens	2.054	52%	2.158	52%	2.047	50%
Mulheres	1.879	48%	1.958	48%	2.030	50%
Urbana	2.099	53%	2.471	60%	2.869	70%
Rural	1.834	47%	1.672	40%	1.208	30%

Fonte: Atlas Brasil (2013)

A taxa de urbanização aumentou de 53% em 1991 para 70% em 2010, todavia, mesmo com o aumento da taxa de urbanização, a atividade econômica predominante no município é a agricultura de subsistência.

Assim, como já explanado em seções anteriores, o fortalecimento da agricultura familiar, incentivando a associação e cooperação entre os produtores familiares, pode ser uma alternativa para superar a atual estagnação econômica e promover o desenvolvimento de São José do Barreiro.

4.2 OS AGRICULTORES FAMILIARES DE SÃO JOSÉ DO BARREIRO

De acordo com o levantamento censitário de unidades de produção agropecuária do estado de São Paulo dos anos 2007 e 2008, existem 251 UPAs – Unidades de Produção Agropecuária – no município de São José do Barreiro (CATI, 2009), conforme apresenta a Tabela 6:

Tabela 6 – Área das UPAs em São José do Barreiro 2007/08

Áreas das UPAs	Número de UPAs
Área das UPAs com 0,1 ha	2
Área das UPAs com 1,2 ha	2
Área das UPAs com 2,5 ha	11
Área das UPAs com 5,10 ha	16
Área das UPAs com 10, 20 ha	35
Área das UPAs com 20, 50 ha	71
Área das UPAs com 50,100 ha	52
Área das UPAs com 100, 200 ha	39
Área das UPAs com 200, 500 ha	16
Área das UPAs com 500,1.000 ha	5
Área das UPAs com 1.000, 2.000 ha	1
Área das UPAs com 5.000,10.000 ha	1
Total	251

Fonte: CATI (2009)

Conforme, IE/INCRA nº 20/1980, no município de São José do Barreiro um módulo fiscal equivale a 24 hectares. Para ser considerada propriedade de agricultura familiar a UPA deve ter até quatro módulos fiscais (96 hectares). Dessa forma, 173 UPAs podem ser consideradas unidades de produção de agricultura familiar no município, de acordo com a tabela 6.

Os agricultores familiares enfrentam diversos desafios; um deles é inserir sua produção no mercado de forma competitiva e ainda receber pela venda o preço justo. Uma alternativa ao agricultor familiar é participar do PNAE, pois 30% do repasse dos recursos para aquisição da merenda escolar devem ser utilizados para comprar alimentos de agricultores e empreendimentos familiares. No entanto, os agricultores familiares quando trabalham individualmente não conseguem produzir a demanda solicitada. Verifica-se na Tabela 7 que os percentuais referentes à compra de alimentos de agricultores familiares em relação ao valor total do recurso transferido ao município no período de 2011 a 2014 ainda está bem abaixo dos 30% garantidos por lei.

Tabela 7 - Valores investidos em aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar para o PNAE pela prefeitura de São José do Barreiro no período de 2011 a 2014

Entidade Executora	UF	Ano	Valor Transferido	Valor aquisições da agricultura familiar	Percentual comprado em relação valor transferido
Prefeitura de São José do Barreiro	SP	2011	71.040,00	2.069,00	2,91%
Prefeitura de São José do Barreiro	SP	2012	67.956,00	2.999,40	4,41%
Prefeitura de São José do Barreiro	SP	2013	73.512,00	2.050,65	2,79%
Prefeitura de São José do Barreiro	SP	2014	132.964,00	18.519,31	13,93%

Fonte: FNDE (2016)

No ano de 2011, o percentual de alimentos adquiridos da agricultura familiar era 2,91% do total do valor transferido, um percentual extremamente baixo. No entanto, no ano de 2014 o percentual saltou para 13,93%, mas ainda assim está abaixo do percentual garantido aos agricultores familiares.

A constituição de EESs pelos agricultores familiares do município pode alterar favoravelmente as condições de São José do Barreiro, pois a cooperação entre os

produtores contribuirá para o aumento da renda e a melhora da qualidade de vida, promovendo o desenvolvimento local (CONCEIÇÃO, 2015).

Para a constituição e viabilização de EESs é necessário que haja capital social entre os agricultores familiares (CARNIELLO; SANTOS, 2011). Na próxima seção desse trabalho serão apresentadas a caracterização das condições de produção e a caracterização do capital social dos agricultores familiares do município de São José do Barreiro.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 CARACTERIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE SÃO JOSÉ DO BARREIRO

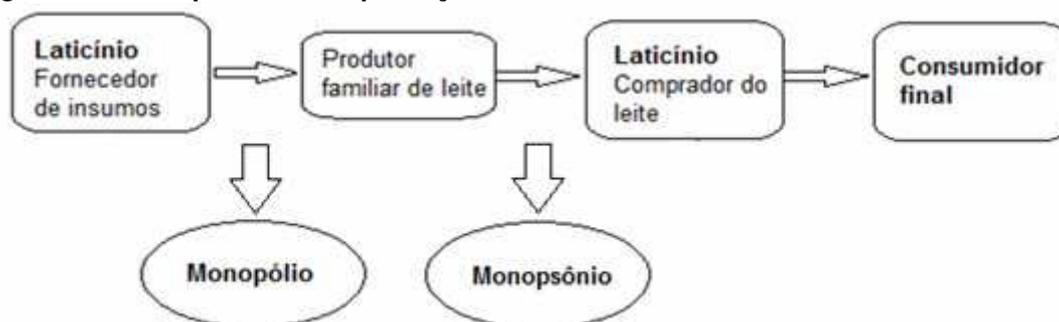
Para melhor compreensão sobre a população pesquisada, serão feitos breves apontamentos sobre os 12 produtores familiares entrevistados.

Todos os pequenos produtores rurais entrevistados são produtores de leite e dependem da renda obtida da venda deste produto para o sustento da sua família. Alguns deles cultivam horta apenas para o seu próprio uso. Não foram encontrados produtores rurais que se sustentem apenas com a renda obtida por meio da venda de hortaliças ou grãos. Nas feiras livres do município, verificou-se que os poucos produtores que cultivam verduras vendem apenas o excedente, e que o seu rendimento principal é obtido por meio de outras fontes (são funcionários públicos ou funcionários nas fazendas).

Observou-se que 50% dos produtores de leite arrendam suas propriedades e os outros 50% herdaram a propriedade. A extensão das propriedades varia de 4 hectares a 72 hectares. O número de cabeças de gado por produtor varia de 6 a 60.

A totalidade dos produtores de leite pesquisada produz para apenas um comprador (laticínios da região); a maioria dos produtores compra a ração e outros insumos necessários para a produção do leite do laticínio para o qual vende – assim se configura situação econômica de monopólio na compra dos insumos e de monopsônio na venda do leite, como apresenta a Figura 5.

Figura 5: Cadeia produtiva da produção familiar de leite em São José do Barreiro



Fonte: Elaborada pela autora

A produção de leite por dia varia de 27 litros a 300 litros, dependendo da quantidade de cabeças de gado que o produtor possui. Apenas dois produtores relataram utilizar ordenhadeira mecânica. O preço do leite é estabelecido pelo laticínio, o que é comunicado através de circulares, como relata o produtor 7: *“O leite é tirado na mão, e as vacas não é toda que são boas. Tem umas que dá mais, tem outras que dá menos. Nossa, mas é tão cansativo! Nossa! Agora à tarde tira mais um pouco, já tirou de manhã. Mas aquelas que são melhor tira 2 vezes. A que não tem muito leite, deixa pra tirar só de manhã cedo, pra juntar mais leite. Mas é sofrido, viu!”*

Os produtores de leite entrevistados trabalham de 10 a 16 horas por dia, todos os dias da semana.

A renda mensal bruta por pessoa e por propriedade é de R\$333,00 a R\$6.000,00. O número de pessoas por propriedade varia de 2 a 4; normalmente são marido, esposa e filhos.

Os produtores relataram viver com dificuldade financeira, principalmente os produtores que arrendam suas propriedades e que possuem um número menor de gado. Ressaltaram também a dificuldade em comprar gado leiteiro pelo seu alto custo, conforme produtor 12: *“Eu acredito que se a parte financeira melhorar, tudo melhora! Toda dificuldade é financeira. Eu, por exemplo, eu pago aluguel daqui e pago aluguel de onde eu moro. A renda minha é muito pouca e agora tá caindo o leite, porque tem uma vaca minha que não tá podendo mandar o leite, tá com problema. Não é brincadeira não! Tá feio o negócio!”*

Verifica-se, desse modo, que a relação de dependência que os produtores têm com o laticínio fragiliza o produtor familiar de São José do Barreiro. Nessa relação, o laticínio estabelece o preço dos insumos necessários e da produção, aumentando seus ganhos e reduzindo a renda do produtor familiar. Essa renda reduzida dificulta o acesso a bens importantes para o produtor familiar, como terra, gado, ordenhadeira mecânica, entre outros (capital econômico). Na ânsia de sua sobrevivência, o produtor aumenta sua carga de trabalho para aumentar sua produção, deixando muitas vezes de conviver com a comunidade, restringindo-se apenas ao convívio com seu núcleo familiar, dificultando o desenvolvimento e o acúmulo do capital social, como poderá ser melhor entendido na seção a seguir.

5.2 CARACTERIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE SÃO JOSÉ DO BARREIRO

De acordo com a análise das entrevistas realizadas conforme definição de capital social de Bourdieu (1980) e Araújo (2010), e as dimensões propostas pelo Banco Mundial (2003), serão apresentadas a seguir características de capital social diagnosticadas entre os produtores familiares de São José do Barreiro. Primeiramente serão apresentadas de forma resumida por meio do quadro 3; depois, para entendimento da realidade dos produtores de leite, serão melhor explicadas as características de capital social nos tópicos que seguem.

Quadro 3–Características de capital social dos produtores familiares de São José do Barreiro

Dimensões	Elementos Específicos Pesquisados	Características
Grupos e redes	Participação de associação;	Alta dificuldade de associação. Apenas um produtor (jovem) começou recentemente a participar de uma rede.
	Funcionamento democrático;	Alta dificuldade no funcionamento democrático.
	Extensão das conexões com outros grupos;	Ausência de conexões com outros grupos.
Confiança e Solidariedade	Confiança entre os agricultores familiares;	Há confiança entre os produtores vizinhos em deixar cuidar de seus bens, no entanto, verifica-se uma desconfiança quando se envolve recursos financeiros.
	Confiança nos membros do bairro/localidade;	Há confiança parcial nos membros do bairro/localidade.
	Confiança no governo e líderes locais;	Há pouca confiança no governo, pois faz promessas e não as cumpre.
	Existência da solidariedade entre os agricultores familiares.	Há solidariedade pontual entre os agricultores familiares.
Ação Coletiva e Cooperação	Tipo de atividades desenvolvidas coletivamente;	No passado havia mais cooperação, pois os agricultores familiares se uniam para roçar o terreno de cada um dos produtores envolvidos no mutirão. Atualmente, não acontecem mais ações como essa.
	Iniciativa para cooperar e participar de ações coletivas.	Há ausência de iniciativa para cooperar e participar de ações coletivas. Estão muito envolvidos no dia a dia do seu próprio trabalho.

Informação e Comunicação	Acesso aos meios de comunicação;	Telefone celular, rádio e televisão
	Meios de comunicação utilizados pelos agricultores familiares;	Telefone celular, rádio, televisão e conversas pessoais.
	Meio de comunicação que utilizam para ter acesso às informações sobre ações do governo e mercado.	Sindicato, rádio local, conversas pessoais e televisão. Falta de informação sobre os programas de fortalecimento da agricultura familiar.
Coesão e Inclusão Social	Inclusão;	Sentem-se incluídos, entretanto, o convívio com a comunidade é mínimo. Sentem-se incluídos porque dizem ser convidados para todos os eventos.
	Sociabilidade;	São sociáveis e receptivos, mas pela alta carga de trabalho suas relações sociais estão restritas ao convívio com o núcleo familiar.
	Conflito;	Não há conflito entre os produtores rurais. As vezes há conflito entre os familiares por conta de interesses financeiros.
	Violência.	A maioria se sente segura no município. No entanto, dois casos de assalto e agressão em propriedades rurais deixaram alguns produtores inseguros.
Empoderamento e Ação Política	Habilidade para tomar decisões que afetam as atividades cotidianas e que podem mudar o curso de vida dos agricultores familiares;	Os produtores dizem tomar suas decisões sozinhos ou com o apoio do cônjuge. A maioria dos produtores tem a falsa ideia de que é dona do próprio destino. Os produtores são dependentes do laticínio.
	Ação política dos agricultores familiares.	Culpa o governo e a corrupção pelo seu estado precário de produção e vida. Pensamento individual. Dificuldade de união, de cooperação entre si e de pensar no coletivo.

Fonte: Elaborado pela autora

Dimensão 1 - Grupos e Redes

A participação em associações e redes é muito importante, pois são meios que possibilitam a acumulação do capital social (GROOTAERT et. al, 2003). Verificou-se que a maioria dos produtores entrevistados não participa ou participou de nenhum grupo ou rede. Também não houve relato de que seus familiares participem ou participaram de algum grupo ou rede.

Apenas um dos entrevistados disse fazer parte de uma rede que iniciou recentemente, da qual participam produtores de leite de São José do Barreiro e Areias. Segundo o produtor, essa rede oferece aos pequenos produtores de leite auxílio e acompanhamento de veterinário e agrônomo. O produtor não investe nenhum recurso financeiro na rede, apenas recebe informações, acompanhamento e ensinamentos de procedimentos que deve seguir. O produtor espera receber dessa rede conhecimento e auxílio que contribuam para a melhora genética do seu gado leiteiro, para aumentar a quantidade de leite e assim aumentar seus lucros. De acordo com esse produtor jovem que trabalha com o pai na propriedade da família: *“O projeto deles hoje oferece tudo que nós produtores precisamos. Que é o auxílio e acompanhamento de veterinário, agrônomo... e a inseminação, tudo!”*(Produtor 2). O produtor não soube informar muito sobre a rede, pois tinha iniciado sua participação havia duas semanas.

Na busca por mais informações sobre essa rede, por meio de contato via e-mail com o consultor técnico, verificou-se que ela faz parte do Programa Leite no Vale Histórico. Esse programa é uma iniciativa privada que surgiu da parceria de 3 empresas: ZOETIS, IBS e SEI. O intuito do programa é promover especialmente ações para a melhoria genética e de saúde animal; ampliar o conceito de semiconfinamento, com destaque para o planejamento da nutrição animal; ampliar o conhecimento e a prática de pastagens e o manejo semi-intensivo; melhorar a qualidade de ordenha e entrega do leite. Para participar dessa rede, o produtor precisa cumprir certos critérios obrigatórios: produzir de 100 a 300 litros de leite bovino ao dia; ter mais de uma pessoa dedicada à atividade leiteira; ter ao menos uma pessoa alfabetizada na propriedade que possa atender o projeto; ter o comprovante de vacinação da campanha de aftosa e ter a inscrição de produtor rural ou pessoa jurídica adequada. Apesar de as primeiras visitas para divulgar o programa aos produtores iniciarem em 2016, as visitas técnicas para o desenvolvimento de tais ações iniciaram em janeiro de 2017 e têm previsão de se encerrar em dezembro de 2018. No entanto, não parece haver uma participação democrática dos produtores participantes na rede; eles apenas devem assimilar as informações e agir exatamente conforme orientação, para continuarem a participar do programa e receber os benefícios.

Alguns dos produtores entrevistados são sindicalizados, porém sua participação é restrita a palestras e oficinas oferecidas pelo sindicato. Um dos entrevistados disse fazer parte da diretoria do sindicato, mas frisou que: *“No sindicato não há muitas decisões... as decisões são tomadas mais pelo presidente mesmo.”*(Produtor 3).

Nas entrevistas, constatou-se que os produtores têm muitos conhecidos, mas possuem poucos amigos próximos em quem confiam e com quem podem contar. Eles confiam realmente apenas nos seus parentes mais próximos, como relata o produtor 4: *“É aquela história... na hora boa tá agarrado e na ruim também tá, né! É a única coisa que alenta... a família! Os familiares que eu digo é só esposa e filhos. O resto não! O resto Deus me livre e guarde!”*

Entende-se que uma rede é formada a partir de relações sociais que se estreitam com o convívio, tornando os integrantes mais próximos, possibilitando a confiança entre eles e permitindo a troca de saberes; contudo, os produtores demonstraram ter um círculo muito pequeno de pessoas em que confiam, prejudicando a formação de redes de apoio e cooperação.

Após analisar a dimensão associações e redes, verifica-se que o fato de os pequenos produtores de leite não participarem de associações e redes dificulta a acumulação do capital social entre eles. Dessa forma, identifica-se uma alta dificuldade de associação e funcionamento democrático, além da ausência de conexões com outros grupos.

Dimensão 2 – Confiança e Solidariedade

Ao questionar os produtores sobre o que os leva a confiar em alguém, todos responderam que confiam naqueles que cumprem a palavra, que honram seus compromissos, como ressalta o produtor 3: *“A palavra... eu sou do tipo do meu pai que não precisava de papel... é o aperto de mão e acabou. Eu ainda sou desse tempo antigo ainda.”*Muitos produtores entrevistados ainda valorizam a palavra como no passado, na época dos seus pais e avós, quando um aperto de mão era suficiente para se fechar um negócio e para assumir um compromisso financeiro era

necessário apenas um fio de bigodado como garantia de pagamento (ARAÚJO, 2010).

No entanto, os produtores relatam que as pessoas não são mais confiáveis como antigamente, por isso precisam conhecer bem a pessoa antes de confiar, principalmente quando envolve recursos financeiros, como descreve o produtor 4: *“Aí é aquele tal negócio... há algumas pessoas de confiança, né! Mas há algumas... eu tô descrente. A falsidade... a falsidade humana é a pior coisa. A falsidade é que derruba tudo.”*

Observou-se que os produtores confiam plenamente em seus familiares, mas restringem o núcleo familiar aos seus pais, cônjuge e filhos. Constatou-se que essa cultura de confiança restrita à família é prejudicial para a associação voltada para negócios, pois é necessária a interação com outras pessoas além do núcleo familiar, e deve-se confiar em contratos e regras para que de fato um negócio aconteça (ARAÚJO, 2010).

A maioria dos produtores diz confiar nos membros do município, mas ressalta que confia apenas naqueles que conhece e sabe que são de confiança.

Os produtores estão desacreditados não só nos políticos locais, mas nos políticos em geral e até mesmo no sindicato rural do município, conforme relata o produtor 4: *“Particpei do sindicato quando funcionava na cidade. Hoje em dia não funciona. Só funciona entre uma meia dúzia ali... escapô dali já era! Não serve pra nada!”*

A descrença e ausência de confiança devem-se principalmente às promessas não cumpridas. Essa descrença e desencantamento dos produtores podem estar desfavorecendo os valores democráticos (ARAÚJO, 2010).

Apesar de muitos dizerem que não há união entre os produtores, observa-se um nível maior de proximidade e confiança entre eles, e até mesmo um pouco de cooperação, como comenta o produtor 8: *“Ah... o produtor rural não tem aquela união assim...vamofazê junto... vamomandá um leite na cooperativa pra receber um preço melhor. É difícil! Mas o que pode servir um ao outro, sempre serve. Eu acho que sim... eu confio sim!”*

Verificou-se cooperação entre produtores vizinhos ou amigos, em algumas situações, como, por exemplo, no auxílio para desatolar ou encontrar uma vaca,

ao chamar a ambulância ou emprestar o carro para levar alguém ao médico, em fazer empréstimos de pequena quantia de dinheiro, em tomar conta da propriedade do vizinho por um curto período de tempo, entre outros.

Ao analisar a dimensão confiança e solidariedade, verifica-se que há um nível baixo de confiança quando se trata do envolvimento de recursos financeiros e da realização de negócios; porém, há um nível melhor de confiança e solidariedade entre os pequenos produtores quando se trata de pequenos serviços.

Confiança é a base do capital social; sentir e saber que pode confiar possibilita ao indivíduo receber mais colaboração e aproveitar melhor as oportunidades que surgem (ARAÚJO, 2010). A ausência da confiança ou seu baixo nível prejudica o acúmulo de capital social.

Dimensão 3 – Ação Coletiva e Cooperação

A ação coletiva é um aspecto importante da vida de uma comunidade. Nessa dimensão verificou-se o grau de ação coletiva, o tipo de atividades desenvolvidas coletivamente e o grau de cooperação (GROOTAERT et. al, 2003).

Assim, constatou-se que há um grau muito baixo de ação coletiva entre os produtores rurais. A maioria deles nunca participou de ações coletivas; apenas dois deles participaram, quando ainda jovens, do mutirão de roça, como relata o produtor1: *“A gente de primeiro trabalhava...quando meu pai começou a mexer... a gente fazia esse mutirão, mas era assim... hoje um ia pra um, outro dia a gente ia pra outro. A gente, assim, na roça trabalhava bastante.”* Esse mutirão era formado por produtores vizinhos e era baseado na cooperação e na confiança entre eles. Não havia envolvimento de recursos financeiros, os únicos benefícios que tinham eram o almoço (às vezes) e sua propriedade roçada. Alguns produtores relataram que no passado (20 a 30 anos atrás) seus pais ou avós participavam de ações desse tipo, mas que atualmente não existem ações desse tipo.

Quando perguntados do porquê de não haver mais ações como a do mutirão atualmente, as respostas foram: por causa do interesse ou necessidade do produtor em receber pagamento; não há mais propriedades com extensas plantações no município; a existência de máquinas facilitou o trabalho e já não é necessária tanta

mão de obra; as roças se extinguíram pela dificuldade de plantio e cultivo (leis ambientais).

Verificou-se que os produtores se ajudam, mas são ações isoladas; ajudam somente quando são solicitados, e normalmente a ajuda é com pequenos serviços, como afirma o produtor 9: *“Ah... não tem condições de estarem ajudando, né! Financeiramente é difícil de ajudar. As vez ajuda! As vez um cara precisa aí numa criação ferrar o cavalo, a gente vai lá e ajuda.”*

Os produtores relataram que têm uma carga horária alta de trabalho e mal conseguem cuidar do seu próprio negócio (seu sustento), por isso não participam de outras ações comunitárias. Além disso, ressaltam a dificuldade financeira que constantemente estão enfrentando, devido à dificuldade da seca, à queda do preço do leite, a problemas de saúde, a problemas com o gado, entre outros. Frisam que se esforçam para não precisar de ajuda, para não depender da ajuda alheia, ou atrapalhar outros produtores que também estão na mesma situação financeira difícil, como descreve o produtor 8: *“Agora na roça a gente não tem muito recurso mais. Não tem mais gente, então todo mundo toca apertadinho. Então não pode tá dependendo muito um do outro. Aí a gente evita de incomodar um ao outro.”*

Alguns produtores acreditam que a união entre eles poderia fortalecê-los, mas não acreditam que isso aconteça. Entendem que a classe dos produtores rurais é muito desunida e que alguns dos motivos para a desunião seriam: falta de tempo para se reunirem, pensamentos divergentes e falta de recursos financeiros, como reforça o produtor 4: *“Eu acho que é a classe mais desunida que tem. Você vê, já começa pelo sindicato rural, não serve pra nada! É desunido. Se fosse unido a coisa seria diferente. Mas talvez a necessidade do dia a dia faça que não consiga unir. Você não tem como fazer uma greve, não tem como fazer nada. Você precisa do gato pingado. É desunida demais!”*

Constatou-se, ao analisar a dimensão ação coletiva, que no passado a cooperação entre os produtores era mais forte, sendo comum a união dos produtores e seus familiares para roçar as propriedades dos integrantes do mutirão.

Em 2007/2008, conforme o levantamento censitário das unidades de produção agropecuária do estado de São Paulo, apenas 11% das UPAs de São

José do Barreiro faziam parte de cooperativa de produtores, e cerca de 6% das UPAs faziam parte de associação de produtores (CATI, 2009).

Verifica-se assim que a não participação dos agricultores familiares em redes e associações, a baixa confiança entre eles (quando recursos financeiros estão envolvidos) e a pouca cooperação entre eles são fatores que dificultam a acumulação de capital social.

Vê-se necessário reviver a cultura de confiança e solidariedade existente no passado, para que assim aconteça a formação e acúmulo de capital social entre os produtores rurais de São José do Barreiro.

Dimensão 4 – Informação e Comunicação

Nessa dimensão identificou-se uma lista das fontes de informação e dos meios de comunicação utilizados pelos produtores rurais. O acesso à informação é fundamental para ajudar os produtores rurais a terem uma voz mais ativa em assuntos relativos ao seu bem-estar. A infraestrutura de comunicação também foi verificada nessa dimensão (GROOTAERT et. al, 2003).

Verificou-se que os produtores rurais se comunicam utilizando o celular. Contudo, quando precisam falar com algum outro produtor rural vão até a propriedade para falar pessoalmente. Raramente ligam, como comenta o produtor 10: *“A gente quando quer falar com as pessoas desse tipo assim a gente vai até ele. Porque as vez a gente precisa conversar mesmo, né?! Aí a gente vai até a casa dele.”*

Para obter informações sobre o que acontece no município e na região a principal forma é o rádio e o bate-papo informal com amigos ou conhecidos.

Utilizam pouco a televisão e rádio para entretenimento, mas às vezes assistem a alguns canais específicos como o canal do boi e terra viva, e alguns jornais para saber mais notícias da região e do país.

O preço do leite é informado por meio de circulares mensais enviadas pela fábrica compradora do leite.

Apenas três produtores utilizam a internet. Um deles acessa a internet também para obter informação que possa contribuir para melhoria do seu negócio, os outros dois acessam para se comunicar com os filhos.

As vias de acesso às propriedades são em sua grande maioria de terra e estão boas, mas frequentemente precisam de manutenção. Verificou-se que a maioria dos produtores costuma ir com frequência ao centro para pagar contas, fazer compras, sacar dinheiro no Banco, ir ao laticínio, mas poucos vão ao centro para lazer, como relata o produtor 9: *“Eu só saio pro meu serviço. Venho pra cá e chego à noite. Então não tenho muito tempo pra tá passeando. Pra ficar batendo papo, não. Até é importante isso, mas não dá muito tempo.”* O tempo de viagem das propriedades ao centro varia de 10 a 40 minutos, dependendo da distância. O produtor 7 ressalta a dificuldade de se reunir as pessoas: *“Eu quase não saio. Às vezes eu saio dia de domingo. Vou à igreja, um pouquinho na praça, mas é difícil, sabe?! Juntá todo mundo assim. Difícil, nossa! O tempo é curto demais!”*

Os produtores em média vão de duas a três vezes no ano para cidades próximas (Areias, Arapeí, Cruzeiro e Resende) para visitar parentes, consultar um médico e fazer compra de itens que não encontram em São José do Barreiro. O tempo de viagem varia de 40 minutos a 1 hora.

Ao analisar a dimensão informação e comunicação, verifica-se que os agricultores familiares têm fácil acesso aos meios de comunicação (celular, rádio, televisão), sendo que o rádio e o contato pessoal são os meios de comunicação mais utilizados para obterem informações sobre as ações do governo e mercado.

Mesmo com acesso aos meios de comunicação, verifica-se que alguns produtores não têm informação ou têm informações distorcidas sobre programas do governo, como o PNAE e PRONAF, programas que contribuiriam para o seu fortalecimento.

Especificamente em relação ao PRONAF, entende-se que a distorção de informação e a falta de engajamento do poder público local impactam diretamente no desenrolar desse programa que deveria possibilitar o acesso ao crédito ao agricultor familiar. O PRONAF deveria contribuir para o fortalecimento do agricultor familiar, sendo um instrumento de fomento e desenvolvimento da comunidade rural

de São José do Barreiro, todavia está relegado ao ostracismo (ROCKENMEYER, 2016).

Constatou-se que as propriedades rurais ficam próximas ao centro do município, e os produtores vão com frequência ao centro. As estradas normalmente estão boas, mas para algumas propriedades há apenas uma via de acesso.

Os agricultores familiares entrevistados produzem leite e já possuem um único cliente (laticínios da região). A entidade compradora da produção de leite dos agricultores familiares vende para eles a ração e qualquer outro produto de que eles precisam para manter a produção de leite. Dessa forma, não veem necessidade de sair do município, como relata o produtor 12: *“Eu compro na fábrica onde eu entrego o leite. Lá vende tudo! Milho, ração, farelo, ferramenta. Todo laticínio que pega leite tem um lugar pra fornecer as coisas para o produtor.”*

Dimensão 5 – Coesão e Inclusão Social

Nessa dimensão buscou-se identificar a percepção geral de comunhão e proximidade entre os membros do município e entre os produtores rurais; a natureza e o tamanho das diferenças que normalmente ocorrem nas comunidades; o grau de sociabilidade; o grau de violência existente no município; os grupos excluídos dos serviços públicos essenciais (GROOTAERT et. al, 2003).

Verificou-se que no município todos se conhecem (município pequeno), porém existe comunhão e proximidade apenas entre alguns membros pertencentes a determinados grupos. Entre os pequenos produtores rurais, esses grupos são menores em quantidade, no máximo de quatro produtores, que geralmente são vizinhos ou parentes.

Ao investigar a natureza e o tamanho das diferenças que ocorrem no município, constatou-se que poucos sentem alguma diferença. Os produtores se acham incluídos, pois são convidados para todos os eventos que ocorrem no município. No entanto, sentem preconceito no olhar e no tratamento de outras pessoas, quando vão ao centro do município. A única diferença notada refere-se à renda; o produtor diz sentir a diferença de tratamento dado no município às pessoas de baixa renda, como desabafa o produtor 1 a respeito de sentir discriminação: *“As*

vez ocê chega em algum lugar e a pessoa fica te encarando de cima embaixo, então a gente caba sentindo. Não sei se é por maldade da pessoa, mas a gente caba sentindo.”

Os demais produtores não mencionaram outras diferenças ou preconceitos, todavia, a maioria não participa de eventos sociais, podendo estar alheios ao que realmente acontece, como explica o produtor 1: *“Sempre que tem alguma coisa eles até convida a gente pra participá. Só que a vez eu não tenho condições memo. Causa de serviço aqui. Não tem tempo pro cê. Agora não tá tendo, mas tinha curso...umas coisa... que sempre eles vêm convidá as pessoa pafazê. Então geralmente quem não faz é quem não qué. Ou quem não tem condição de fazê. Porque nessa parte eles tão sempre convidano.”*

Dessa forma, identificou-se um grau muito baixo de sociabilidade entre os produtores. A maioria dos produtores diz não gostar de barulho e tumulto, não têm o hábito de participar de eventos sociais.

São receptivos, mas não costumam frequentar a casa de amigos, apenas de parentes. O motivo é alta carga de trabalho que realizam todos os dias, restando tempo apenas para descansar. Trabalham em média 14 horas por dia, sete dias na semana, e por isso não têm tempo para o lazer. Dizem receber pessoas em casa (amigos e familiares), mas mal veem a visita, porque estão no trabalho.

Observou-se que o grau de violência no município de São José do Barreiro é baixo. Apenas três produtores relataram as mesmas 2ocorrências de violência e roubo que aconteceram no município há dois anos. A primeira ocorrência foi com um fazendeiro, que, na ocasião, foi espancado em casa pelo delinquente que buscava dinheiro, e o delinquente não foi preso. A segunda ocorrência foi um caso de roubo de ferramentas em uma propriedade.

Verificou-se que os agricultores se sentem seguros por não haver ações de violência frequentes na comunidade ou no município. Os produtores acreditam que São José do Barreiro seja um município pacífico, mas ficam apreensivos nos dias de festas quando vêm participantes de fora do município, como afirma o produtor 4: *“Aqui ainda pode dormir de janela aberta durante a semana. Agora quando tem festa aí você fica de olho, dá muita gente de fora. Cachaça e droga que vem. Mas só o povo daqui é tranquilo!”*

De acordo com os produtores, todos no município têm acesso a serviços de educação, saúde e justiça; o que falta, na opinião de muitos deles, é qualidade na prestação desses serviços. No entanto, devido ao baixo grau de sociabilidade e interação, eles podem não ter conhecimento dessa realidade.

Dimensão 6 – Empoderamento e Ação Política

Nessa dimensão verificou-se a habilidade dos produtores em tomar as decisões que afetam suas atividades cotidianas e que podem mudar o curso de suas vidas, e também seu engajamento cívico (escrever petições, votar em eleições, manter envolvimento político) (GROOTAERT et. al, 2003).

Constatou-se que a maioria dos produtores acredita ter autonomia para tomar as decisões que afetam suas atividades cotidianas. Alguns destes produtores relataram que decidem juntamente com seu cônjuge as ações que podem mudar o curso de suas vidas. De acordo com Freire (1987, p. 91), “enquanto a decisão não está em quem deve decidir, mas fora dele, este apenas tem a ilusão de que decide”. Desse modo, verifica-se que a maioria não tem a consciência da dependência das decisões referentes a preço e quantidade estabelecidos pelo laticínio.

Apenas um produtor entende não ter o controle sobre sua vida, pois acredita que a influência das ações do governo e a falta de recursos financeiros interferem em suas decisões, como expressa a fala do produtor 11: *“Hoje é muito difícil. Depende do governo, depende da família, depende de dinheiro, e dinheiro tá difícil, então depende de várias coisas hoje.”*

Dos produtores entrevistados, apenas um afirmou ter conhecimento da união de alguns membros de São José do Barreiro para entregar petições à prefeitura (pedidos para impedir o aumento dos salários dos vereadores e para resolver o problema do abastecimento de água), mas ele não participou dessas petições, apenas ouviu dizer. Os demais produtores nunca escreveram ou participaram de uma petição, e não têm conhecimento de quem o tenha feito.

Quando questionados se votaram na última eleição, a maioria respondeu que sim. Todos afirmaram que acham importante votar, mas alguns disseram que o voto não deveria ser obrigatório. Acreditam que o voto obrigatório faz as pessoas eleger

candidatos despreparados como forma de protesto. Entendem que o eleitor sem obrigação de votar só irá à urna se acreditar que o candidato realmente merece sua confiança, e para isso os políticos vão ter que se esforçar mais para conquistar o voto do eleitor, vão ter que cumprir suas promessas.

Para decidir por um candidato, os produtores normalmente escolhem os mais humildes, aqueles que os cumprimentam, que parecem ser honestos e capazes de fazer algo pela população. Todavia, alguns produtores também falaram que votam naqueles candidatos com quem eles podem contar. Verificou-se que ainda há a ideia de que os políticos bons são aqueles que resolvem os problemas específicos do indivíduo; há uma dificuldade em se pensar no bem do coletivo.

Ao serem questionados sobre pagar algum dinheiro adicional a membros do governo para conseguir algum serviço ou resolução de algum problema, todos disseram que nunca precisaram pagar. O grau de honestidade dos membros do governo e polícia local ficou na média.

Verificou-se, ao analisar a dimensão empoderamento e ação política, que os agricultores familiares se sentem com autoridade para tomar as decisões que possam mudar o rumo das suas vidas. Entretanto, na cadeia produtiva são dependentes dos laticínios de leite para comprar os insumos e para venda do leite produzido.

Os produtores têm pouca participação em ações políticas. Sabem a importância de votar e de acompanhar os governantes eleitos, mas estão desacreditados nos políticos, como afirma o produtor 5: *“Tem que votar pra melhorar, né! Acho importante. A gente vota na pessoa que tem condições de governar, né!”* Acreditam que a maioria dos políticos são corruptos e não cumprem as promessas. E ainda pensam na política como um meio de se conseguir benefícios individuais e não coletivos, como se verifica na fala do produtor 6: *“Eu acho que tem que votar numa pessoa boa, né! Uma pessoa que o que você precisou e vai procurar não vai fazer pouco caso do cê. A gente não precisa de nada, mas se um dia precisá tem com quem contá.”*

Assim, acredita-se que há uma baixa acumulação de capital social entre os agricultores familiares. Percebe-se que os agricultores familiares que vendem para a fábrica se acomodaram porque já possuem cliente certo, no entanto, com a seca,

estão com dificuldade de produzir a quantidade de leite exigida pelo laticínio. A seca tem também prejudicado os pequenos produtores, que não conseguem produzir a quantidade mínima de leite para conseguir vender ao laticínio.

Aunião e cooperação entre os agricultores familiares poderiam contribuir para o aumento da produção de leite. Uma maior quantidade de leite possibilitaria a venda do leite não só para o laticínio, mas também para outros clientes, como para o poder público por meio do PNAE. Dessa forma, os produtores familiares deixariam de ser dependentes de um único cliente.

Pode-se verificar, por meio do presente estudo, que os agricultores familiares de São José do Barreiro pertencem a uma classe social mais frágil. Os produtores familiares se encontram em uma relação econômica de monopólio e monopsonio, na qual o laticínio é o seu único fornecedor e comprador. O laticínio é que estabelece o preço dos insumos necessários para a produção e o preço e a quantidade do leite produzido. Dessa forma, o laticínio aumenta sua renda repassando os maiores custos para o produtor familiar.

O produtor familiar nessa relação obtém uma renda reduzida por meio da venda da sua produção a um único cliente, dificultando o seu acesso ao capital econômico. Para arcar com os custos do arrendamento da terra, dos insumos, dos remédios para o gado e ainda para o seu sustento, o produtor familiar aumenta a sua carga horária de trabalho, no intento de conseguir produzir mais e tentar aumentar seu ganho na quantidade produzida. Em consequência disso, o produtor deixa de participar do convívio com a comunidade, restringindo seu convívio ao núcleo familiar, prejudicando sua capacidade de se organizar, associar, cooperar e confiar, dificultando o desenvolvimento e acúmulo do capital social.

Para que os produtores possam realmente aumentar a sua renda, entende-se ser necessária a sua associação para a constituição de EESs que permitiriam aos agricultores ter acesso ao crédito (cooperativa de crédito), produzir alguns dos seus insumos (produção em cooperação de milho, farelo, silagem), agregar valor ao produto (produção em cooperação de manteiga, queijos, doces) e distribuir seu produto ao consumidor final (feiras livres). No entanto, verificou-se que não há acúmulo de capital social favorável à viabilidade desses EESs. Esse é o paradoxo mencionado por Bourdieu (1980): o capital social é fundamental para a

organizaçãodos produtores familiares de leite, porém suas condições de efetivação são precárias, o que dificulta a superação de suas condições de produção e o seu acesso ao capital econômico.

Para Freire (1987, p. 29), “somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua ‘conivência’ com o regime opressor”. Desse modo, vê-se quão necessária é a realização de ações efetivas juntamente com os produtores de leite,inclusive com políticas públicas efetivas, para que os produtores familiares possam superar a simples tomada de consciência da relação de dependência que têm atualmente com o laticínio e se mobilizem para a constituição de alternativas econômicas à atual realidade.

Para o fortalecimento desses produtores também são necessárias ações efetivas de capacitação e orientação técnica sobre manejo, como as do programa Leite no Vale Histórico. Contudo, essas ações precisam ser mais inclusivas, estendendo-se a todos os produtores familiares de leite, especialmente àqueles que estão em condições ainda mais precárias. Devem-se estimular ações que contribuam para a aproximação e para o maior convívio entre os produtores familiares, para que se estabeleça uma relação de confiança.

Entende-se serem necessárias ações do poder público municipal que estimulem a acumulação de capital social entre os agricultores familiares. Por exemplo, a criação de políticas públicas municipais que capacitem e qualifiquem os agricultores familiares, motivando-os para que se tornem agentes de mudança, capazes de questionar, desafiar, propor, buscar novas maneiras de fazer as coisas; enfim, para que os tornem capazes de criar estratégias para seu próprio desenvolvimento (BASSO, 2006).

Para isso, faz-se necessária uma intervenção efetiva do Estado por meio de políticas públicas locais específicas a realidade dos produtores familiares de leite do município, juntamente com políticas públicas já existentes, como o PNAE, PRONAF e PNATER, para criar condições para desenvolver e acumular capital social entre os produtores familiares de leite.

Estado, sociedade e governo precisam atuar conjuntamente, de forma congruente e sinérgica, buscando a cooperação e confiança entre as pessoas, e

entre estas e suas instituições, para que haja de fato o acúmulo de capital social. Há necessidade de maior responsabilidade dos governantes em suas tarefas de governo, para restaurar a confiança nos demais cidadãos. O Estado pode ser um problema quando atua de forma predatória, mas pode ser uma solução quando age de forma responsável e transparente. Em geral, uma sociedade democrática bem sucedida tem uma forte presença do Estado na área social e econômica e forte participação social, baseando-se em uma relação de confiança e cooperação entre cidadão e governo (ARAÚJO, 2010).

Um exemplo da parceria entre o setor público, o privado e a sociedade civil que tem obtido bons resultados são as Associações de Desenvolvimento Local (ADL) da região de Alentejo, em Portugal. A ADL é formada por entidades gestoras que iniciaram verdadeiros desafios, particularmente nas áreas rurais, estabelecendo parcerias, definindo planos de ação de médio prazo, identificando prioridades e definindo estratégias geradoras de sinergias locais. Essas parcerias têm o intuito de incentivar o sentimento de pertencimento e cultura local, de utilização dos recursos locais, de valorizar a participação da comunidade local, tendo como objetivo o desenvolvimento integrado, articulando diferentes grupos e setores (REVEZ, 2014).

Uma parceria entre o setor público, o privado e a sociedade civil em São José do Barreiro, e com outros municípios do vale histórico, seria viável para o fortalecimento não só dos produtores familiares de leite, mas para o fortalecimento de todos agricultores familiares da região, e até de outros setores, como o turismo rural, o turismo histórico e o ecoturismo, promovendo o desenvolvimento local.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de São José do Barreiro encontra-se estagnado economicamente, principalmente pela dificuldade de gerar novas oportunidades de emprego e renda. Dessa forma, o município não tem conseguido deter sua própria mão de obra jovem, que se evade em busca de melhores perspectivas nos municípios da região.

Entende-se que uma alternativa para modificar esse quadro econômico é o incentivo ao fortalecimento da agricultura familiar, principalmente pelo fato de que atualmente a atividade econômica principal do município é a agricultura de subsistência.

Para o efetivo fortalecimento da agricultura familiar, acredita-se na necessidade da associação e cooperação entre os produtores para a constituição de EESs; entretanto, para viabilização desses EESs, é necessário haver acúmulo de capital social entre os produtores familiares.

Para tanto, o objetivo deste trabalho foi diagnosticar se o capital social existente entre os agricultores familiares, do município de São José do Barreiro, é favorável à constituição de empreendimentos econômicos solidários.

Por meio desse estudo foram identificadas as seguintes características de capital social entre os produtores familiares: alta dificuldade de associação, alta dificuldade no funcionamento democrático e ausência de conexões com outros grupos (dimensão grupos e redes); pouca confiança e solidariedade (dimensão confiança e solidariedade); baixa capacidade de cooperação; bom acesso aos meios de comunicação, no entanto, pouco conhecimento de seus direitos (dimensão informação e comunicação); falso sentimento de inclusão social, pois são sociáveis mas não dispõem de tempo para o convívio social; pouco conflito; pouca violência no município (dimensão coesão e inclusão social); nenhum empoderamento; falsa sensação de controle das decisões e baixo engajamento civil (dimensão empoderamento e ação política)

Assim, conclui-se que o capital social existente entre os agricultores familiares ainda não é favorável à constituição de EESs.

Acredita-se que o baixo acúmulo de capital social entre os produtores familiares do município deve-se a sua dependência do laticínio na cadeia produtiva, uma vez que isso os torna uma classe frágil, dificultando-lhes o acesso ao capital econômico e capital social.

Na cadeia produtiva de leite foi identificada uma relação econômica de monopólio e monopsonio, na qual o laticínio é o único fornecedor e o único comprador do leite. Destarte, os produtores familiares arcam com maiores gastos e obtêm renda reduzida, enquanto os laticínios, que estabelecem o preço dos insumos, a quantidade e o preço do leite produzido, obtêm maior renda.

O produtor familiar não tem consciência dessa relação de dependência que existe, pois, para conseguir arcar com esses custos e ainda sobreviver, ele aumenta sua carga de trabalho na tentativa de aumentar sua renda por meio do aumento da quantidade da produção. Essa rotina de trabalho torna-se alienadora, pois o produtor se isola do convívio com a comunidade, restringindo-se ao convívio apenas com o núcleo familiar. Tal rotina alienadora dificulta o acúmulo de capital social necessário às classes mais frágeis, como a dos produtores familiares, para o acesso ao capital econômico.

Para se romper essa rotina alienadora, é importante o desenvolvimento de ações de conscientização dos produtores familiares, mostrando-lhes o quanto essa dependência do laticínio é nociva ao seu fortalecimento. É fundamental que sejam realizadas ações que estimulem a transformação do pensamento individual para o pensamento coletivo e o entendimento de que sozinhos eles se tornam dependentes. E, ainda, que, por outro lado, a união dos produtores através da associação e cooperação pode tornar possível o acesso ao crédito, agregar valor ao seu produto e melhorar a distribuição do produto ao consumidor final, aumentando a renda e melhorando as condições dos produtores.

Entende-se que sejam necessários ações efetivas do poder público municipal, utilizando as políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar já existente (PNAE, PRONAF, PNATER) e até mesmo criando políticas públicas municipais específicas à realidade dos agricultores familiares, para fomentar o acúmulo de capital social entre os produtores de São José do Barreiro. E também ações em parceria entre o setor público, o privado e a sociedade civil, com intuito de reviver a

cultura de confiança e cooperação que havia nas gerações passadas dos produtores.

Acredita-se que com a intervenção do Estado, por meio de ações efetivas que estimulem a associação e cooperação entre os produtores familiares, criando condições para que se tornem agentes de mudança, capazes de questionar, propor, inovar, criar estratégias para seu próprio desenvolvimento, será possível o acúmulo de capital social.

O acúmulo de capital social (conjunto de normas, de práticas e de relacionamentos que estimulam a solidariedade e a cooperação) é uma das variáveis necessárias para a viabilização da economia solidária. Dessa forma, o acúmulo do capital social entre os produtores familiares favorecerá a constituição e viabilização de EESs.

Assim, entende-se que a economia solidária pode ser uma estratégia para o fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvimento local de São José do Barreiro, no entanto, é necessário o desenvolvimento e acúmulo de capital social entre os produtores familiares para que essa estratégia se torne efetiva e possa modificar favoravelmente o quadro econômico do município.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, M. C. S. D'. **Capital Social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- BANDEIRA, P. S. Diferenças Regionais quanto ao Capital Social e Crescimento Econômico no Rio Grande do Sul. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 1, p. 93-124, 2007.
- BASSO, D. Capital Social e Estratégias de Reprodução das Famílias Rurais. (Orgs) BAQUERO, M.; CREMONESE, D. **Capital Social: Teoria e Prática**. Juí: UNIJUÍ, 2006.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70 – Brasil, 2011.
- BOURDIEU, P. **Le Capital Social**. In: Actes de la recherche en sciences sociales. vol. 31, p. 2-3. Disponível em:
<http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/arss_0335-5322_1980_num_31_1_2069> Acesso em: 05 dez. 2015.
- BRASIL. **Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996**, Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências, Diário Oficial da União - Seção 1 - 1/7/1996, Página 11854.
- BRASIL. **Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003**. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.696.htm> Acesso em: 12 dez. 2015.
- BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm> Acesso em: 12 dez. 2015.
- BRASIL. **Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010**. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm> Acesso em: 10 mar. 2016.
- BRASIL. **Portal Brasil**. Brasília, 2015. Disponível em:
<<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/06/lancado-1-plano-nacional-de-economia-solidaria>> Acesso em: 09 out. 2015.

BRASIL. **Portal Brasil**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2017/03/apoio-a-agricultura-familiar-beneficia-100-mil-trabalhadores>. Acesso em: 02 abr. 2017.

BRASIL. Resolução nº 6, 26 de março de 2015. O Conselho Nacional de Economia Solidária aprova o 1º Plano Nacional de Economia Solidária. **Diário Oficial da União**. 18jun. 2015, Seção I.

CAMARGO, R. A. L.; BACCARIN, J. G.; SILVA, D. B. P. O Papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Fortalecimento da Agricultura Familiar e Promoção da Segurança Alimentar. **Temas de Administração Pública**. v. 8, n. 2, p. 1-21, 2013.

CARNIELLO, M. F.; SANTOS, M. J. Predisposição para Formação de Capital Social entre Comerciantes dos Corredores Comerciais da Região Central do Município de São José dos Campos – SP. **Desenvolvimento em Questão**. n.18, p. 169-195, 2011.

CASSOL, K. P.; WIZNIEWSKY, C. R. F. Projeto Esperança/Coesperança, Santa Maria, RS: o casados agricultores familiares associados. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 17, n.1, p. 27-40, 2013.

CASTRO, C. N. Desafios da Agricultura Familiar: O Caso da Assistência Técnica e Extensão Rural. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**. IPEA, p. 49-59, 2015.

_____. ; RESENDE, G. M.; PIRES, M. J. S. Avaliação Dos Impactos Regionais Do Programa Nacional De Fortalecimento Da Agricultura Familiar(Pronaf). (Orgs.)RESENDE, G. M. **Avaliação de políticas públicas no Brasil: uma análise de seus impactos regionais**. Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

CATI. **Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo de 2007 e 2008**. 2009. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/dadosmunicipais/pdf/t548.pdf>> Acesso em: 10 mar. 2016.

COLEMAN, J. Social Capital in the creation of human capital. **American Journal of Sociology**, v. 94, p. 95-120, 1988.

CONCEIÇÃO, A. A. B. **A Constituição de Projetos de Economia Solidária em São José do Barreiro como Alternativa para o Desenvolvimento Local**. 2015. 100 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e desenvolvimento Regional) Departamento de Economia, Contabilidade e Administração, Universidade de Taubaté, Taubaté, 2015.

_____. ; CARNIELLO, M. F.; SANTOS, M. J.; VIEIRA, E. T. Economia Solidária: Alternativas para o Desenvolvimento em São José do Barreiro/SP. **Desenvolvimento Regional em Debate**.v. 5, n. 2, p. 188-206, 2015.

DALLABRIDA, V. R. A Dimensão Intangível do Desenvolvimento: Algumas Reflexões Preliminares. (Orgs.) BAQUERO, M.; CREMONESE, D. **Capital Social: Teoria e Prática**. Juí: UNIJUÍ, 2006.

_____. **Território, Governança e Desenvolvimento Territorial: Indicativos Teórico-Metodológicos, Tendo a Indicação Geográfica como Referência**. São Paulo: LibersArs, 2016.

DAMASCENA, M. B. **Análise da Reconstrução da Política Pública de Economia Solidária no Governo do Estado do Rio Grande do Sul (2011-2012)**. 2013. 174 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Departamento Serviço Social, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

EMPLASA. Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A. **Mapa Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte**. Disponível em: <<https://www.emplasa.sp.gov.br/RMVPLN>> Acesso em: 10 set. 2016.

FARR, J. Social Capital. A conceptual History. **Political Theory**, v. 32, n1, 2004.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Cartilha Nacional da Alimentação Escolar**. 2015. Disponível em: <[file:///C:/Users/Ana/Downloads/pnae_cartilha_2015%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Ana/Downloads/pnae_cartilha_2015%20(1).pdf)> Acesso em: 10 mar. 2016.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programa nacional da alimentação escolar**. Disponível em <<http://www.fnde.gov.br/>> Acesso em: 10 nov. 2016.

FONTANELLA, B. J. B.; RICAS, J.; TURATO, E. R. Amostragem por saturação em pesquisas em saúde: contribuições teóricas. **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 17-27, 2008.

FREIRE, P. **A pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, A. F.; AMODEO, N. B. P.; SILVA, F. D. Crédito Solidário e desenvolvimento Local: o caso da Cooperativa de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Araponga – MG. **Desenvolvimento em Questão**. Editora Unijuí, ano 10, n. 19, p. 103-131, 2012.

FUKUYAMA, F. **Confiança: As virtudes sociais e a criação da propriedade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

GAIGER, L. I. Conhecer Globalmente: Um Desafio inadiável dos Estudos sobre Economia Solidária. **Otra Economia**. São Leopoldo, v. 8, n. 14, p. 99 – 111, 2014.

_____. O Mapeamento Nacional e o Conhecimento da Economia Solidária. **Revista da ABET**. Campinas, v. 12, nº 1, p. 7 – 24, 2013.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995.

GROOTAERT, C.; NARAYAN, D.; JONES, V. N.; WOOLCOCK, M. **Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS)**. Grupo Temático sobre Capital Social. Washington, D.C.; World Bank, 2003.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo Agropecuário 2006: Agricultura Familiar Primeiros Resultados. 2009. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro_2006_agricultura_familiar.pdf> Acesso em: 10 mar. 2016

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=354960&search=sao-paulo|sao-jose-do-barreiro>> Acesso em: 12 mar. 2017.

IFDM. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal**. Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-firjan-de-desenvolvimento-municipal-resultado.htm?UF=SP&IdCidade=354960&Indicador=1&Ano=2013>>. Acesso em: 12 out. 2016.

IFDM. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal**. Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-firjan-de-desenvolvimento-municipal-resultado.htm?UF=SP&IdCidade=354960&Indicador=1&Ano=2010>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

INCRA. **Instrução Especial nº 20, de 28 de maio de 1980**. Estabelece o Módulo Fiscal de cada Município, previsto no Decreto nº 84.685 de 06 de maio de 1980. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/media/institucional/legislacao/atos_internos/instrucoes/instrucao_especial/IE20_280580.pdf> Acesso em: 10 mar. 2016.

IPEA. **Atlas Brasil 2013**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sao-jose-do-barreiro_sp> Acesso em: 10 mar. 2016.

IPEA. Balanço da Política Social no novo milênio. In: **Perspectivas da política social no Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. – Brasília: Ipea, 2010. (Série Eixos Estratégicos do Desenvolvimento Brasileiro; Proteção Social, Garantia de Direitos e Geração de Oportunidades; Livro 8). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro08_perspectivas_dapolitica.pdf> Acesso em: 10 nov. 2016.

IPEA. **Os Novos Dados do Mapeamento de Economia Solidária No Brasil**: Nota Metodológica e Análise das Dimensões Socioestruturais dos Empreendimentos. Brasília: Ipea, 2016. Disponível em:

<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7410/1/RP_Os%20Novos%20dados%20do%20mapeamento%20de%20economia%20solid%C3%A1ria%20no%20Brasil_2016.pdf> Acesso em: 16 maio 2017.

JACOBS, J. **The Death and Life of Great American Cities**. New York: A Division of Random House, Inc., 1961.

LEMES, F. R. M.; BASSO, D. Economia Solidária e Desenvolvimento Local: agricultores familiares feirantes e associações de catadores. 2010. Disponível em: <<http://www.uff.br/iacr/ArtigosPDF/50T.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2016.

LIMA, A. G. D., TERRA, A. M. S., CARNIELLO, M. F. Capital Social: Modelos de Instrumentos de Mensuração. **Revista Cereus**. Gurupi, v. 5, n. 1, p. 89 – 98, 2013.

MORAES, E. E.; LANZA, F.; PELANDA, S. S.; SANTOS, L. M. L. Propriedades coletivas, cooperativismo e economia solidária no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 105, p. 67-88, jan./mar. 2011.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **RAC**, Curitiba, v. 15, n. 4, p. 731 – 747, jul./ago. 2011.

NAGEM, F. A.; SILVA, S. P. Institucionalização e Execução das Políticas Públicas de Economia Solidária no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**. v. 21, n. 46, p. 159-175, 2013.

NORIS, P. **Making Democracies Work**: Social Capital and Civic Engagement in 47 Societies. Paper for Panel 1-10 Social Capital and Organizations at the Midwest Political Science Association 60th Annual Meeting, Palmer House, Hilton, Chicago, 2002.

NAVARRO, Z. A Agricultura Familiar no Brasil: Entre a Política e as Transformações da Vida Econômica. GASQUES, J. G.; VIEIRA, J. E. R.; NAVARRO, Z. (Orgs) In: **A Agricultura Brasileira**: desempenho, desafios e perspectiva. Brasília: IPEA, 2010.

OSTROM, E.; AHN, T. K. Uma perspectiva del capital social desde las ciências sociales: capital social y acción colectiva. **Revista Mexicana de Sociologia**, año 65, n. 1, p. 155-233, 2003.

PEREIRA, P.A. **Política Social**: Temas & questões. São Paulo: Cortez, 2009.

PEREIRA, E.K.G.; OLIVEIRA, M. A.; GONÇALVES, A. F. G. Economia Solidária e a sua Contribuição para o Semiárido Nordeste. **Revista Direito Ambiental e sociedade**, v. 5, n. 2, p. 173-201, 2015.

PIENIZ, L. C. C. Elementos básicos constituintes do desenvolvimento endógeno/local/regional/territorial: redes, atores e território. **Revista Gestão e Desenvolvimento em Contexto-Gedecon**. v.1, n. 01, p. 22-35, 2013.

PONTES, A. E.; SANTOS, M. J. Produção e comercialização em assentamentos rurais: estudo do caso do assentamento São Domingos dos Olhos D'Água (Morrinhos, Goiás – Brasil). **Mundo Agrário**. v. 16, n. 33, p. 1 -22, 2015.

PUTNAN, R. **Comunidade e Democracia**: A experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

RICCI, F. **Indústrias têxteis na periferia origens e desenvolvimento**: o caso do Vale do Paraíba. Taubaté, SP: Cabral, 2006.

REVEZ, J. Papel das Associações de Desenvolvimento Local e Regional, Como Estrutura Organizacional e Funcional Inovadora de Gestão No Desenvolvimento Local: A Experiência Portuguesa Do Alentejo. **DRd – Desenvolvimento Regional em debate**.v. 4, n. 2, p. 115-139, 2014.

ROCKENMEYER, A. C. **O método da assimetria informacional para avaliação do PRONAF no município de São José do Barreiro entre 2008 a 2012**. 2016. 104 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e desenvolvimento Regional) Departamento de Economia, Contabilidade e Administração, Universidade de Taubaté, Taubaté, 2016.

SANTOS, E. L.; BRAGA, V.; SANTOS, R. S.; BRAGA, A. M. S. P. Desenvolvimento: Um Conceito Multidimensional. **DRd - Desenvolvimento Regional em Debate**. Santa Catarina, Ano 2, n. 1, p. 44-61, 2012.

SARAIVA, E. B.; SILVA, A. P. F.; SOUSA, A. A.; CHAGAS, C. M. S.; TORAL, N. Panorama da Compra de Alimentos da Agricultura Familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **RESR**. v. 53, n. 2, p. 289-304, Piracicaba, 2015.

SEN, A. O Desenvolvimento como Expansão de Capacidade. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política. São Paulo, n. 28-29, p. 313-334, 1993.

SIES. **Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária**. Atlas. 2013. Disponível em: <[http:// portal.mte.gov.br/ecosolidaria/sistema-nacional-de-informacoes-em-economia-solidaria/](http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/sistema-nacional-de-informacoes-em-economia-solidaria/)>. Acesso em: 01 mar. 2015.

SCHIOCHET, W. Política pública. IN: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J.L., GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. (Orgs). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina. 2009.

SEADE. **Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados**. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/>>. Acesso em: 15 set. 2016.

SEADE. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **PIB anual interno bruto**. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/pib-anual/>> Acesso em: 12 mar. 2017.

SILVA, D. O. **Um Estudo na Região Nordeste Acerca das Práticas de Gestão dos Empreendimentos Econômicos Solidários Baseado nos Dados do Segundo Mapeamento.** In: I Congresso de Pesquisadores de Economia Solidária. 2015. São Carlos. Anais... São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2015.

SILVA, E. P., OLIVEIRA, E. A. A. Q., ARAUJO, E. A. S. **O Conceito de Desenvolvimento Econômico Regional: Uma Revisão Teórica.** The 4th International Congress University Industry Cooperation. São Paulo, 2012.

SILVA, R. M. A. Políticas Públicas de Economia Solidária: Avanços, Desafios e Perspectivas. **Revista Diálogo.** n. 18, p. 53 - 76, 2011.

SIMÃO, G. L.; SILVA, E. A. Emancipação ou Dependência? O Papel do Capital Social nas Políticas Públicas de Desenvolvimento Local: O Caso do PAA. **DRd – Desenvolvimento Regional em debate.** n. 1, p. 24-39, 2014.

SINGER, P. Desenvolvimento Capitalista e Desenvolvimento Solidário. **Revista Estudos Avançados.** São Paulo, v. 18, n. 51, p. 07-22, 2004.

_____. **Introdução a Economia Solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. La construcción de la economía solidaria como alternativa al capitalismo en Brasil. **Congreso Internacional de Cooperativas y Economía Social Solidaria.** 2013. Disponível em: <<http://www.congresocooperativaseconomiasocial.cl/d-economia-social/economia-solidaria-paul-singer.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2015

SOUZA, C. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In: HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. (Orgs). **Políticas Públicas no Brasil.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

SOUZA, L. R. S. A modernização conservadora da agricultura brasileira, agricultura familiar, agroecologia e pluriatividade: diferentes óticas de entendimento e de construção do espaço rural brasileiro. **EnCuad. Desarro. Rural.** Bogotá, v. 8, n. 67, p. 231-249, 2011.

VIEIRA, E. T.; SANTOS, M. J. Desenvolvimento Econômico Regional – Uma Revisão Histórica e Teórica. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional.** São Paulo, v. 8, n. 2, p. 344-369, 2012.

VIEIRA, E. T. Industrialização e as Políticas de Desenvolvimento Regional: Estudo do Vale do Paraíba Paulista no período de 1970 a 2000. **REDES - Rev. Des. Regional,** Santa Cruz do Sul, SP, v. 19, n. 2, p. 77 - 97, 2014.

_____. **Industrialização e políticas de desenvolvimento regional: o Vale do Paraíba paulista na segunda metade do século XX.** 2009. 177 f. Tese (Doutorado em História Econômica) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

_____. Agropecuária familiar e cadeias produtivas sustentáveis. In: IPPLAN – Instituto de Pesquisa, Administração e Planejamento (Orgs.). **Desenvolvimento Rural: Desafio do Planejamento Econômico e Ambiental.** São Carlos, SP: Cubo, 2014.

**APÊNDICE A—QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTOR
COMO AGRICULTOR FAMILIAR**

1.1 Qual atividade econômica rural que pratica?

- 1 Produção de lavouras temporárias
- 2 Horticultura e floricultura
- 3 Produção de lavouras permanentes
- 4 Produção de sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal
- 5 Pecuária e criação de outros animais
- 6 Produção florestal - florestas plantadas
- 7 Produção florestal - florestas nativas
- 8 Pesca
- 9 Aquicultura

1.2 Qual sua condição em relação às terras em que produz?

- 1 Proprietário
- 2 Assentado sem titulação definitiva
- 3 Arrendatário
- 4 Parceiro
- 5 Ocupante
- 6 Produtor sem área
- 7 Outro _____

1.3 Qual a área das terras onde produz?

- 1 De 1 a 24 hectares (1 módulo fiscal)
- 2 De 25 a 48 hectares (2 módulos fiscais)
- 3 De 49 a 72 hectares (3 módulos fiscais)
- 4 De 73 a 96 hectares (4 módulos fiscais)

5 Superior a 96 hectares

1.4 Em qual comunidade/localidade está situada a propriedade em que produz?

1.5 Quantas pessoas moram em seu domicílio?

1.6 Qual o número de pessoas que trabalham com você?

1.7 Qual o número de familiares que trabalham com você?

1.8 Qual é a renda familiar obtida mensalmente?

- () Até R\$ 880,00
- () De R\$ 881,00 a R\$1.760,00
- () De R\$1.761,00 a R\$2.640,00
- () Superior a R\$2.640,00

1.9 A renda familiar é obtida exclusivamente das atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento rural?

1 Sim

2 Não

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO CAPITAL SOCIAL

1. Grupos e Redes

- 1.1 Você participa ou já participou de grupos ou organizações, redes, associações? Quais? Há quanto tempo participa ou por quanto tempo participou desses grupos? Quantos dias de trabalho se dedica a esses grupos?
- 1.2 Esses grupos são formalmente organizados ou apenas grupos de pessoas que se reúnem regularmente, para praticar alguma atividade ou apenas conversar?
- 1.3 Como é a sua participação nesses grupos ou organizações, redes, associações? Você participa ativamente nas decisões do grupo?
- 1.4 Você recebe ou recebeu algum benefício ao participar desses grupos ou organizações, redes, associações? Quais?
- 1.5 Algum outro membro do seu domicílio participa ou já participou de grupos ou organizações, redes, associações? Quem são eles? De quais grupos ou organizações, redes, associações eles participaram?
- 1.6 Como é a participação dos membros do seu domicílio nesses grupos ou organizações, redes, associações? Eles participam ativamente nas decisões do grupo?
- 1.7 Os membros do seu domicílio recebem ou receberam algum benefício ao participar desses grupos ou organizações, redes, associações? Quais benefícios?
- 1.8 De que forma você ou algum membro do seu domicílio contribui ou contribuiu para grupos ou organizações, redes, associações de que participa ou participou?
- 1.9 O grupo ajuda o seu domicílio a ter acesso a algum serviço? Quais serviços?
- 1.10 Quais as características predominantes nos membros do grupo de que você participa ou participou? Quando há uma decisão a ser tomada no grupo, geralmente como isso acontece?
- 1.11 Como são escolhidos os líderes nesse grupo? Como é a liderança do grupo?
- 1.12 Esse grupo trabalha ou interage com outros grupos? Quais? De que forma?

- 1.13 Quem originalmente fundou o grupo? Qual é a principal fonte de financiamento desse grupo?
- 1.14 Quantos amigos próximos vocêtem atualmente? Quantas dessas pessoas estariam dispostas a ajudar você com um problema pessoal (cuidando da sua casa em sua ausência, cuidando das crianças, emprestando dinheiro)?
- 1.15 Quantas pessoas com um problema pessoal lhe pediram ajuda?Quantasdessas pessoas você ajudou? Por quê? Como foi a sua ajuda?

2. Confiança e Solidariedade

- 2.1 Vocêconfia nos seus familiares?O que faz você confiar ou não confiar nos seus familiares?
- 2.2 Você confia nas pessoas que moram neste(a) bairro/localidade? O que faz você confiar ou não confiar nessas pessoas?
- 2.3Você confia nos membros do governo e líderes locais? O que faz você confiar ou não confiar nos membros do governo e líderes locais?
- 2.4Você confia em outros produtores rurais desse município? O que faz você confiar ou não confiar em outros produtores rurais?
- 2.5 Como se relacionam os produtores rurais do município?
- 2.6Qual o grau de confiança entre os produtores rurais no município? Evoluiu nos últimos anos?
- 2.7Você acredita que os produtores rurais deste(a) bairro/localidade cooperam entre si? Com que frequência?

3. Ação Coletiva e Cooperação

- 3.1Você, ou alguém do seu domicílio, participa ou participou de atividades comunitárias? Quais atividades?
- 3.2Qual é a probabilidade de uma pessoa que não participe em atividades comunitárias seja criticada ou punida neste(a) bairro/localidade?

3.3 Quantas pessoas neste(a) bairro/localidade contribuem com tempo ou dinheiro para objetivos de desenvolvimento comuns, tais como: uma vaquinha, um mutirão ou a manutenção de um centro comunitário?

3.4 Se houvesse um problema de abastecimento de água nessa comunidade, qual a probabilidade de as pessoas cooperarem para tentar resolver o problema? Por quê?

3.5 Suponha que ocorresse uma fatalidade com uma das pessoas em seu(sua) bairro/localidade, tal como uma doença grave, ou a morte de um parente. Qual a probabilidade de algumas pessoas na comunidade se unirem para ajudar as vítimas?

3.6 Se um projeto da comunidade não beneficia você diretamente, mas traz benefícios para muitas outras pessoas do(a) bairro/localidade, você contribuiria com seu tempo ou dinheiro para o projeto? Por quê?

3.7 Você trabalha ou trabalhou com outros membros da comunidade em projetos conjuntos? Quais projetos?

3.8 Quais foram as principais atividades desenvolvidas em parceria com outros produtores rurais? Como foi sua participação nessas atividades?

3.9 Você trabalhou com outros produtores rurais para fazer alguma coisa em benefício da comunidade? Quais foram as principais atividades? Sua participação nessas atividades foi voluntária ou solicitada?

3.10 Qual é a sua opinião sobre a participação direta (ou não), de produtores rurais em atividades político-sociais, direcionadas ao desenvolvimento local e/ou regional?

3.11 Qual a probabilidade de os produtores rurais cooperarem para o agenciamento de ações que promovam o bem-estar social?

4 Informação e Comunicação

4.1 Qual é o meio de comunicação mais utilizado neste(a) bairro/localidade?

4.2 Como é o acesso à informação neste(a) bairro/localidade?

4.3 Quais são os meios de comunicação mais utilizados para obter informações sobre ações do governo (tais como mutirão agrícola, frente de trabalho, planejamento familiar etc.)?

4.4 Quais são os meios de comunicação mais utilizados para obter informações sobre o mercado (tais como preços de produtos e safras)?

4.5 Como é realizada a comunicação entre os produtores rurais neste(a) bairro/localidade?

4.6 Quais são as condições da via de acesso a sua casa?

4.7 Quanto tempo leva para chegar ao centro da cidade? Com que frequência você vai ao centro? Para quê?

4.8 Quanto tempo leva para chegar ao município mais próximo? Com que frequência você vai a esse município? Para quê?

5. Coesão e Inclusão social

5.1 Como você descreveria o grau de comunhão ou proximidade entre os membros deste(a) bairro/localidade?

5.2 Como você descreveria o grau de comunhão ou proximidade entre os produtores rurais deste(a) bairro/localidade?

5.3 Muitas vezes há diferenças nas características entre as pessoas, como, por exemplo, diferenças de riqueza, renda, posição social, origem étnica, raça, casta ou tribo. Também pode haver diferenças em relação às crenças religiosas e políticas, ou pode haver diferenças devido à idade ou ao sexo. Em sua opinião alguma dessas diferenças causam problemas neste(a) bairro/localidade? Quais diferenças? Quais problemas causam?

5.4 Há alguma atividade comunitária da qual você não tem permissão para participar neste(a) bairro/localidade? Qual atividade? Por que não tem permissão?

5.5 No último mês, quantas vezes você se encontrou com pessoas em um local público para conversar, ou para comer, ou beber, ou praticar esportes? Quem eram essas pessoas?

5.6 No último mês, quantas vezes as pessoas visitaram-no em sua casa? Quem eram os visitantes?

5.7 No último mês, quantas vezes você visitou outras pessoas em suas casas? Quem eram as pessoas que visitou?

5.8 Na sua opinião, esse(a) bairro/localidade é geralmente pacífico(a) ou marcado(a) pela violência? Por quê?

5.9 Nos últimos 12 meses, você ou alguém do seu domicílio foi vítima de um crime violento, ou seja, atacado(a) ou assaltado(a)? Quantas vezes?

5.10 Em geral, como você sente em relação ao crime e à violência, quando está sozinho em casa?

5.11 Como você se sente ao andar sozinho(a) na sua rua depois de escurecer?

5.12 Há grupos de pessoas no(a) bairro/localidade que não conseguem ter acesso a alguns serviços (educação, saúde, justiça)? Quais grupos? Quais serviços?

6. Empoderamento e Ação Política

6.1 Em sua opinião, qual o controle que você tem para tomar as decisões que afetam as suas atividades diárias?

6.2 Você sente que tem poder para tomar decisões importantes, que podem mudar o curso da sua vida?

6.3 No geral, qual o impacto que você acha que tem em fazer desse(a) bairro/localidade um lugar melhor para se viver?

6.4 Quantas vezes as pessoas neste(a) bairro/localidade se reuniram para entregar conjuntamente uma petição a membros do governo, ou a líderes políticos, pedindo algo em benefício da comunidade? Alguma dessas petições teve sucesso?

6.5 Você votou na última eleição estadual/nacional/presidencial? Por quê?

6.6 Alguma vez você votaria em um candidato que não fosse do seu grupo étnico ou linguístico/raça/casta/tribo? Por quê?

6.7 O governo local e os líderes locais levam em consideração as preocupações manifestadas por você e por outras pessoas como você, quando tomam decisões que afetam a todos? Explique.

6.8 Na sua opinião, qual é o grau de honestidade dos membros do governo local, da polícia local e do líderes da localidade? Por quê?

6.9 O seu domicílio teve que pagar algum dinheiro adicional a membros do governo ou líder comunitário para conseguir algum serviço ou resolução de algum problema? Esses pagamentos foram eficazes?

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: CAPITAL SOCIAL E A CONSTITUIÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BARREIRO-SP

Pesquisador: Ana Iracema Neves Fagundes Nogueira de Oliveira

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 58056116.6.0000.5501

Instituição Proponente: Universidade de Taubaté

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.732.438

Apresentação do Projeto:

Objetivo desse trabalho é verificar se o Capital Social dos agricultores familiares, do município de São José do Barreiro, pode contribuir para a constituição de EESs. Este estudo será realizada por meio de pesquisa exploratória e qualitativa. Os dados serão coletados através de pesquisa bibliográfica, documental, e por entrevistas pessoal com os agricultores familiares de São José do Barreiro. Esse conhecimento poderá contribuir também para elaboração do planejamento e políticas públicas que incentivem e viabilizem a constituição de EESs pelos agricultores familiares, promovendo o desenvolvimento socioeconômico local (transcrito do projeto).

Objetivo da Pesquisa:

Verificar se o Capital Social dos agricultores familiares, do município de São José do Barreiro, pode contribuir para a constituição de empreendimentos econômico solidário.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Atende as recomendações da Resolução 510/16 e as normas operacionais 01/13.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Tema relevante para subsidiar ações em políticas publicas na área de agricultura familiar.

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210
Bairro: Centro **CEP:** 12.020-040
UF: SP **Município:** TAUBATE
Telefone: (12)3635-1233 **Fax:** (12)3635-1233 **E-mail:** cepunitau@unitau.br



Continuação do Parecer: 1.732.438

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Atende as recomendações da Resolução 510/16 e as normas operacionais 01/13.

Recomendações:

O Comitê de Ética em Pesquisa recomenda, ao término da pesquisa, a entrega do Relatório Final, conforme modelo disponível no site CEP-UNITAU.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Atendida a solicitação do parecer anterior.

Considerações Finais a critério do CEP:

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté, em reunião de 09/09/2016, e no uso das competências definidas na Resolução CNS/MS 510/16, considerou o Projeto de Pesquisa: APROVADO.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO 763114.pdf	31/08/2016 07:49:24		Aceito
Recurso Anexado pelo Pesquisador	Carta_ao_CEP.pdf	31/08/2016 07:46:17	Ana Iracema Neves Fagundes Nogueira de Oliveira	Aceito
Outros	TCLE_alterado.pdf	31/08/2016 07:45:37	Ana Iracema Neves Fagundes Nogueira de Oliveira	Aceito
Folha de Rosto	folharostoanaassinada.pdf	22/07/2016 16:40:08	Ana Iracema Neves Fagundes Nogueira de Oliveira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcleana.pdf	22/07/2016 16:25:17	Ana Iracema Neves Fagundes Nogueira de Oliveira	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_Pesquisa_Ana.pdf	22/07/2016 16:18:41	Ana Iracema Neves Fagundes Nogueira de Oliveira	Aceito
Outros	Questionario_Capital_Social_quali.pdf	22/07/2016 16:16:45	Ana Iracema Neves Fagundes Nogueira de Oliveira	Aceito
Outros	Questionario_identificacao_produto	22/07/2016	Ana Iracema Neves	Aceito

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210

Bairro: Centro

CEP: 12.020-040

UF: SP

Município: TAUBATE

Telefone: (12)3635-1233

Fax: (12)3635-1233

E-mail: cepunitau@unitau.br



UNITAU - UNIVERSIDADE DE
TAUBATÉ



Continuação do Parecer: 1.732.438

Outros	_Agricultor_Familiar.pdf	16:16:10	Fagundes Nogueira de Oliveira	Aceito
--------	--------------------------	----------	-------------------------------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

TAUBATE, 17 de Setembro de 2016

Assinado por:

Maria Dolores Alves Cocco
(Coordenador)

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210

Bairro: Centro

CEP: 12.020-040

UF: SP

Município: TAUBATE

Telefone: (12)3635-1233

Fax: (12)3635-1233

E-mail: cepunitau@unitau.br